





África em debate

Poderes e identidades



A representação do tráfego de cafres de Moçambique na obra *Geographia Historica Orientalis*, impressa em 1641 pelo dinamarquês Hans Hansen Skonning. O escravismo no imaginário dos nórdicos num contexto de mudanças

Jorge Simón Izquierdo Díaz*

p. 107-133

1. As companhias do Ultramar

A prática escravagista dinamarquesa vincula-se à actividade comercial desenvolvida nas ‘antigas colónias tropicais’ da Ásia, África e das Caraíbas. O tráfego e a gestão das colónias eram suportados pelas Companhias do Ultramar, sociedades anónimas criadas com o apoio da coroa. Duas das rotas do Ultramar seguidas pelos barcos das companhias dinamarquesas implicam tráfego de escravos. O tráfego de escravos é inseparável da rota de navegação entre a costa da Guiné e as ilhas das Caraíbas, segunda etapa da ‘Rota do triângulo’ entre a Europa, a África e as Caraíbas (no período de 1660 a 1845), enquanto na rota da Ásia (1616 - 1830) o serviço doméstico justifica o emprego de *morianer* ou servidores domésticos de origem asiática e africana. A historiografia nacional sobre o período colonial centrou seus esforços em descrever a fundação das companhias do ultramar (Willerslev, 1944; Gøbel, 1980) e na rota do triângulo (Kay Larsen, 1928; Kristoff Glamann, 1980; Per Nielsen (ed.), 2001), no entanto, a preferência pelo estudo do período mais estável da *Ostindisk Kompagni* (Companhia da Índia Oriental) ao longo do século XVIII (Kay Larsen, 1932; Gunnar Olsen, 1967) tem condicionado o abandono historiográfico da presença dinamarquesa em Tranquebar no século XVII (Subrahmanyam, 1989), e os historiadores optaram por uma abordagem mais superficial da prática escravagista dinamarquesa durante a primeira metade do século XVII na Ásia (Lauring, 1990). Boa culpa do esquecimento da escravidão doméstica no século XVII tem-na o carácter minoritário e episódico de uma prática social não integrada num sistema de produção, mas destinada a fornecer mão de obra de prestígio para o serviço doméstico de uns privilegiados.

* Universidade de Copenhaga.

A transição desde a morte do rei Christian IV (1577 - 1648), com quem termina o feudalismo dinamarquês, e o estabelecimento da monarquia absoluta (*enevælde*) em 1660 pelo seu sucessor Frederik III (1609 - 1670) muda os eixos do poder do país. O poder da aristocracia de províncias cede lugar a novas formas de poder centralizado na capital, desde então há o fomento do comércio, da indústria e dos estaleiros (Feldbæk, 1993). O projecto mercantilista dinamarquês apoia-se na actividade das suas companhias comerciais, que se constroem à imagem do modelo holandês. Da rota da Ásia encarrega-se a *Ostindisk Kompagni*, criada em 1616, substituída em 1730 pela *Asiatisk Kompagni* (Companhia da Ásia). Para a rota de África (até à Cidade do Cabo) cria-se em 1657 a *Gluckstadt Kompagni* que opera até 1673, ano em que é absorvida pela *Vestindisk-guineisk Kompagni* (Companhia das Índias Ocidentais e da Guiné) criada em 1671 e que opera até 1755. Depois de uma pausa de uma década, a partir de 1765 e até 1776 a *Vestindisk-Guineisk Kompagni* encarrega-se de realizar a rota. Outras companhias menores fundam-se para traficar produtos da Islândia e Gronelândia, e para o sul da Europa (sobretudo sal). O projecto ultramarino dinamarquês aparece como uma oportunidade para a busca de novos recursos depois da redefinição das fronteiras marítimas em consequência das duas guerras com a Suécia no século XVII¹. O centro de operações do ultramar é a cidade de Copenhaga, que a princípios do séc. XVII tinha uma população de 25 000 habitantes. Christian IV não só foi um rei guerreiro mas também um monarca fomentador. Seu é o projecto de converter a pequena cidade-corte de Copenhaga numa importante capital do norte de Europa no século XVII. Do seu epistolário depreende-se que Christian IV estava pessoalmente envolvido nos seus projetos urbanos e arquitetónicos (*Rosenborg slot, Børsen, Holmens kirke*), industriais (estaleiros de *Bremerholm*) e empresariais (accionista na *Ostindisk Kompagni*). Soubes acordar o interesse dos nobres de províncias e empresários burgueses de Copenhaga que colaboraram no seu projeto do ultramar. Christian IV estava pessoalmente envolvido como principal promotor das expedições de Jens Munk ao Ártico na busca de uma via para a China pelo norte (em Maio de 1619) e de Ove Gedde a Ceilão em Outubro de 1618, graças à qual se fundou o assentamento de Tranquebar, enclave situado ao sul da actual cidade de Madrás, na costa índia de Coromandel. A administração das companhias era de natureza semipública, com a particularidade de que o rei era o principal accionista (G. Olsen, 1967). A coroa emitia um *octroi* (carta de concessão de privilégio) e decretava um regulamento com instruções regulamentando a navegação e actividades comerciais no destino. Instruções específicas guiavam a cada expedição².

1.1. O tráfico de escravos na Rota do Triângulo

Os dinamarqueses conseguiram assentar-se na costa da Guiné no contexto da guerra entre a Dinamarca e a Suécia entre 1657 - 1659, durante a qual a fortaleza sueca de Carolusborg no país Fetu (actual Cape Coast Castle no Gana ocidental), foi oferecida pelo seu governador

- 1 O projecto ultramarino dinamarquês, impulsionado por Christian IV e continuado por Frederik III, é marcado por dois episódios militares na história das relações entre a Dinamarca e a Suécia, depois dos quais fica definida a saída para o mar do país. Depois da guerra de Kalmar, 1611-1613, a Suécia abandona as suas reivindicações sobre Finmark e o norte da Noruega, e depois da guerra sueco-dinamarquesa entre 1657 - 1659, que finaliza na paz de Roskilde com a concessão da Dinamarca à Suécia dos territórios do sul da península escandinava (Escania, Halland e Blekinge), a Dinamarca perde o controle de Øresund, a porta do Báltico.
- 2 Feldbæk, 1986 compilou os *octroi* e regulamentos das companhias do ultramar que estão a salvo no Arquivo Nacional (Rigsarkivet) em Copenhaga.

Heinrich Carloff, um alemão ao serviço da *Svenska Afrikanska Kompaniet*, a Frederik III, rei da Dinamarca. A fortaleza passou a mãos dinamarquesas no dia 1 de Agosto de 1657, mas cedo a perderam para as mãos holandesas e inglesas. Para dirigir seu projecto africano, os dinamarqueses construíram e assentaram-se nas novas fortalezas de Fredensborg (hoje: ruínas em Old Ningu, no Gana) e Christiansborg (hoje: Osu Castle em Acra).

As origens do comércio de escravos dinamarqueses na costa de África no século XVII são lentos e escuros. A tarefa da primeira empresa africana dinamarquesa, a *Glückstadt Kompagni*, fundada em 1658,³ é o comércio de ouro e marfim de África, produtos que a companhia troca por têxteis, metal e armas de fogo que transportam da Europa. A falta de um mercado regular para os escravos é decisiva para a baixa atividade do comércio de escravos da *Glückstadt Kompagni* cuja contribuição para o comércio de escravos africanos foi insignificante (Alberti, 1850). A empresa foi deficitária pela instabilidade do meio africano e o empurre de outros países europeus. Depois da sua ascensão ao trono em 1670, o rei Christian V deu um impulso ao comércio de escravos dinamarqueses como uma maneira de fornecer mão-de-obra para as plantações de açúcar da ilha recém-adquirida de Santo Tomás (Skt. Thomas), nas Caraíbas. O tráfico de escravos passa a fazer parte da denominada rota do triângulo: manufacturas e armas da Europa são trocadas por escravos da Guiné, que transportados para as colónias das Caraíbas onde são trocados por cana de açúcar para a Europa. A *Glückstadt Kompagni* foi desmantelada e em 1671 fundou-se a *Vestindisk-Guineisk Kompagni*, com sede em Copenhaga. O *octroi* de 1670 não menciona explicitamente o tráfico de escravos como parte das atividades da companhia, mas a atividade é regulamentada por meio de ordens e permissões específicas. C. Alberti (1850) aponta que a primeira sanção legal na Dinamarca para o comércio de escravos da Guiné, é uma ordem de 06 março de 1674 ‘af bevilling Kongelige 1ode. Juli’ pela que se permite ao armador Jørgen Thormøhlen de Bergen, enviar um barco para realizar uma navegação para a Guiné, com a condição de que “o tráfico de escravos seja para *Vestindisk-Guineisk Kompagni*”⁴ (Alberti, 1850: 203). No entanto, o mercado de mão de obra escrava continua a ser fraco e intermitente. Neste período, os escravos são usados para o serviço da colónia (emprego militar, serviço doméstico). A carta do governador Crull ao rei dinamarqueses Christian V em 1676 é explícita: “Nós não temos dinheiro para comprar pão para os escravos” (Justesen, 2005). Por decisão real a 3 de Março de 1680, ponto § 1, o rei Christian V vê-se obrigado a liberar do pagamento de impostos um barco para manter o negócio da rota (Alberti, 1850: 206). Como forma de superar a falta de negócio, a *Vestindisk-Guineisk Kompagni* subcontrata privados para responder à procura da rota do triângulo. Por ordem real do 8 de Abril de 1684 permite-se a um investidor privado, Holger Pauli, fretar tantos navios como lhe seja possível para o comércio africano, ainda que não conte com licença explícita para o comércio de escravos (Alberti, 1850), mas se subentende que esse é o produto de África. A prusiana Companhia de Brandemburgo (*Kurfürstliche Brandenburgisch-Afrikanische Compagnie*), fundada em 1682, foi outro colaborador externo da *Vestindisk-Guineisk Kompagni*, a qual embarcou escravos para Skt. Thomas, uma parte dos quais foram reenviados a outros portos das Caraíbas (Weindl, 2010). No *octroi* de 1697 Christian V pede à *Vestindisk-Guineisk Kompagni* que se faça cargo da fortaleza de Christiansborg (Guiné) e das ilhas Skt. Thomas e Skt. Jan e que saque todo o benefício que possa do comércio transatlântico

3 A sede da companhia é a cidade de Glückstadt, fundada em 1617 por Christian IV à beira do rio Elba, na região de Schleswig-Holstein.

4 ‘(...) dog at slavehandelen alene bliver for det danske vestindiske compagnie’ (Alberti, 1850: 203).

(Art. 1)⁵. Até então, o colonialismo dinamarquês na África já tem a sua literatura de viagem. Em 1697, Erick Tilleman descreve as suas experiências na rota do Golfo da Guiné *'En kort og enfoldig beretning om det landskab Guinea og det beskaffenhed'* (Um breve e ingênuo relato da paisagem e da natureza da Guiné)⁶. A atividade da *Vestindisk-Guineisk Kompagni* estabiliza-se com o monopólio do tráfico depois da incorporação à coroa das ilhas de Skt. Jean (1717) e Skt. Croix (1733). Pelo *octroi* de 5 de Fevereiro de 1734, o rei Christian VI concede privilégios à *Vestindisk-Guineisk Kompagni* para povoar as ilhas (§ 1) e para negociar com escravos (*slavehandel*) da costa africana para as plantações de açúcar das Caraíbas (§ 3)⁷. Do século XVIII contamos com as descrições de viajantes administradores ao serviço da *Vestindisk-Guineisk Kompagni*: Erik Rømer (1760): *'Tilforladelig Efterretning om Kysten Guiné'* ('Uma descrição veraz da Costa da Guiné') e Poul Isert (1788): *'Reise nach Guinea und den Caribaischen Inseln in Columbia'* ('Viagem à Guiné e às ilhas das Caraíbas na Colômbia'), o livro mais significativo do debate sobre o tráfico de escravos no período abolicionista. São contemporâneos dos relatos de William Bosman (1705) e Ph. Barbot (1732). Após o fechamento da *Vestindisk-Guineisk Kompagni* em 1754, as três ilhas (*Dansk Vestindien*) passaram a depender diretamente da administração pública dinamarquesa. A 16 de Março de 1792, a Dinamarca decide proibir o tráfico de escravos africanos nos seus barcos às Caraíbas⁸, que se fez efectiva em 1803 depois de uma moratória de dez anos, mas só até 1848 que depois de um longo período de insegurança económica e instabilidade política o governador Peter von Scholten decide a libertação dos escravos das ilhas (Loftin, 1966). Em 1917 o estado dinamarquês vendeu as três ilhas aos EUA (Estados Unidos da América) (que hoje se denominam as Virgin Islands). Dos aproximadamente 12 milhões de africanos trasladados pelos negreiros europeus da costa da Guiné para a América entre 1450 e 1867, Per Hernæs (1984: 232) estima que, de 1660 a 1806, quase 100 000 foram transportados em barcos dinamarqueses.

1.2. O tráfico de escravos na rota da Ásia

A rota da Ásia não sustenta um regime de produção escravagista dinamarquês na Ásia. Mais que impor um novo sistema, os dinamarqueses, a par do resto dos países europeus (Vink, 2003), retomaram o modelo asiático de escravatura doméstica. O depoimento de Mourids Christensen, um empregado da *Ostindisk Kompagni*, que em 1670 denuncia no seu diário a compra e venda de tâmeles como bestas de carga, testemunha a prática local: "Os mala-bares quando têm necessidade de alimento (...) vendem a seus próprios filhos, meninas e meninos, e a sua própria esposa, a quem queira comprar (...), (que) se convertem em escravos e trabalham como bestas (...)" (M. Christensen, 1670: 62)⁹. Os *plakat* da holandesa

5 O que podemos considerar como um velado convite ao tráfico de escravos à luz dos comentários do art. 3 do *Octroi* de 5 de fevereiro de 1734, onde se recomenda "manter o tráfico de escravos que já tinha recomendado Christian V em 1697".

6 Antecessores literários de E. Tilleman sobre a Costa de Ouro são Pieter De Marees (1602) e Wilhelm J. Müller (1673), a quem parece que imita.

7 No ano anterior, em 1733, o rei Christian VI introduziu no país a *stavnbandet*, a obrigação dos jovens camponeses a permanecer no lugar de nascimento.

8 "Forordning om negerhandel af 16.3.1792".

9 "Mallebarerne naar dee lider trang for Føde, eller Dyre Aaringer er, Selger di bort till Huem som Kôbe vill deris egne boern, Piger och drenge, ia Manden sin egen Kone naar noden er størst, och dersom hand endaa fattis selger manden sig selffuer och bagefter, och maa werre Slaffuer och arbeede som andre bæster deris Liffuis tid med Hug och slag, nogen och suelt uden nogen modsigelse" (M. Christensen, 1670: 62).

VOC (*Vereenigde Oostindische Compagnie*, Companhia das Índias Orientais) (Chijs, 1900) refletem uma prática escravagista estendida que integra as populações da costa numa trama de intercâmbio de seres humanos com base no sistema aberto comercial urbano ao que os dinamarqueses contribuíram. À imagem dos holandeses de Batavia, os dinamarqueses de Tranquebar compram e empregam servidores domésticos em regime de semi-escravatura, alguns dos quais chegam a Copenhaga (Olafsson, 1905; Bredsdorff, 1999). Na metrópole, no entanto, existe uma grande distância entre os interesses do povo plano e a actividade do Ultramar que se reflete no limitado conhecimento popular do que ocorria nas colónias e postos comerciais. O escasso interesse pelas colónias centrava-se no comércio, e os dinamarqueses negligenciam em geral dos assuntos políticos do ultramar (Justesen, 2005: x). As companhias criaram-se para promover o tráfico comercial com África e Ásia, mas os arquivos nacionais oferecem sobretudo material descritivo e escasseiam fontes que ofereçam análises da situação política e cultural na África da época (Justesen, 2005: x), e o mesmo se passa com os dados do arquivo sobre a actividade na Ásia na primeira metade do sec. XVII, cujos arquivos são escassos e em grande parte irrecuperáveis (Højbjerg, 1990). Um abandono historiográfico que Glamann (1980) achava devido em parte ao falhanço comercial do projecto da *Ostindisk Kompagni* em 1650. Além disso, não será até à chegada da missão pietista de Halle em 1706, ao comando do pastor Bartholomäus Ziegenblag, que os luteranos começam a levar a sério o trabalho missionário com as populações indianas e muçulmanas do hinterland de Christiansborg em Tranquebar¹⁰.

As fontes para conhecer este tráfico escravagista são diversas mas escassas. Por um lado, há os livros da chancelaria (*Kancellariets brevbøger*). De especial interesse para o período entre 1616-1650 são as gavetas do Almirante Ove Gedde (gaveta nr. B 169 e B 144V), a gaveta do capitão Claus Rytter, para o período entre 1639-1650 (gaveta nr. B 245A e B 245B), e a gaveta do capitão e governador de Tranquebar Wilhelm Leyel, para o período entre 1639-1648 (gaveta nr. B 246A e B 246B). Asta Bredsdorff (1999) trabalhou a gaveta de Wilhelm Leyel. Por outro lado, contamos com a literatura de viagens. A descrição da navegação à Índia do Almirante Ove Gedde foi publicado por Schlegel (1750) e divulgado por Torben Abd-El Dayen (2006). As memórias do artilheiro Jon Olafsson (1905), da navegação a Tranquebar com a frota da *Ostindisk Kompagni* em 1622, oferece abundantes detalhes da travessia. Depois dos escritos pioneiros do marinheiro dinamarquês Christiern Smeding (1558) (Høiris, 2002), a partir da década de 1660 publicaram-se relatos de viajantes e marinheiros dinamarqueses empregados da VOC. Em 1669 Adam Olearius edita sendos diários dos marinheiros Jürgen Andersen (1644-50) e Volquard Iversen (1655-68). Em 1684, publica-se o relato de Jens Mortensen Sveigaard (Gøbel, 2005), contável da VOC, e em 1672, Frederik Bolling publica a descrição de sua navegação à Índia como soldado ao serviço da Holanda. Em 1672, J. P. Cortemünde (Kerteminde), de origem dinamarquesa, mas educado na Holanda e que escreve em alemão, publica sua viagem por terras orientais (Hemming Hemmingsen, 1953). Também contamos com a memória do marinheiro Mourits Christensen, de 1670. As memórias do sacerdote sueco Nils Matsson Kiöping foram publicadas em 1667¹¹. Os oficiais nórdicos formavam-se em naves holandesas e a marinha e tropa nórdi-

10 O pastor humanista Bartholomäus Ziegenbalg realizou interessantes estudos histórico - antropológicos da sociedade Tamil Nadu.

11 Seleção de publicações de literatura dinamarquesa de viagens à Índia no século XVII: - Frederik Bolling; *Friderici Bollingii Oost-Indiske Reise-Bog hvor udi befattis hans Reise til Oost-Indien saa vel og eendeel Platzers Beskrivelse med en Andtall Hedningers Ceremonier, baade i deris Guds-Tieniste saa og i deris Ecteskabs Begyndelse end og Nego-*

ca compunham até 50 % do total de tripulantes estrangeiros da VOC na pesca e marinha mercante (Gøbel, 2003). A VOC oferecia salários mais altos e tinha uma maior actividade de navegação¹². Além de ser um depoimento histórico, estes relatos oferecem descrições dos costumes da Ásia e as rotas dos navios do norte da Europa no Índico e fazem referências isoladas ao tráfico de escravos.

A *Ostindisk Kompagni* fundou-se em Copenhaga no dia 17 de Março de 1616 à iniciativa de dois comerciantes holandeses, Jan de Willum e Herman Rosenkrantz, a quem Christian IV concede o privilégio de comercializar com a Ásia¹³. A *Ostindisk* é a primeira companhia anónima criada na Dinamarca, na qual participavam potentados nacionais além de contar com a participação do rei Christian IV como maior accionista. (Willerslev, 1944)¹⁴. O *octroi* de 1616 é uma cópia do *octroi* da *Verenigde Oost-Indische Compagnie* holandesa (VOC) de 1602. A *Ostindisk Kompagni* não é uma companhia escravagista, o seu objectivo é importar especiarias e produtos orientais (Art. 28, *Octroi* 1616).

A primeira expedição dinamarquesa à Ásia vem motivada pela recepção de Christian IV de um aventureiro navegante holandês, Marselis de Boshower, que se apresenta perante o monarca com uma mensagem do rei de Ceilão, que lhe pede para estabelecer relações comerciais. Christian IV entusiasma-se com o projecto de Boshower, e decide organizar a primeira expedição diplomática a Ceilão, composta por seis embarcações - três fretadas pelo Rei e três pela Companhia - que parte de Copenhaga em 1618, ao comando do jovem Almirante Ove Gedde. As grandes expectativas caem cedo por terra depois da fria recepção do nayak de Ceilão à expedição de Ove Gedde. Os exageros de Boshower e a ignorância

tierne med de regierendis itzige Hollandske Herrers Andkomst, Gage, Promotion og Politie udi Oost-Indien dissligste hans Reise til Fæderne-Landen igien. København. 1678.

- S. Bløndal (ed.): *Jon Olafssons Oplevelser som Bøsseskytte under Christian IV.* København. 1905.

- Mourids Christensen: *Skildringer fra et ophold i Ostindien (begyndte i Tranquebar 16.3.1671) med nogle portugisiske og malebariske gloser.* 1672.

- Ove Gedde: *Fortegnelse paa alt hvis paa den Indianske Reise forefalden er fra 1618 til 1622.* - *In fine legitur: "Anno 1623 den 1. May haffver jeg leffuerit Her Cantzeler disse forschrne Forteignelser.*

- Erik Gøbel (ed.): *Jens Mortensen Sveigaards ostindiske rejsebeskrivelse, 1665-1684.* København. Kontaktudvalget for Dansk Maritim Historie - og Samfundsforskning, 2005.

- Henning Henningsen: J. P. Cortemünde. *Dagbog fra en ostindiefart 1672-75.* Helsingør: Handels-Og Søfartsmuseet på Kronborg, 1953.

- Ole Høiris (ed.): *Karsten Smeding: En sandfærdig beskrivelse af hvordan nogle vilde mennesker og dyr i Indien og ligeledes i andre omliggende lande og kongeriger såvel til lands som til vands er blevet set: Trykt ud fra et sendebrev fra Christiern Smid, som er født i Lüneborg, hvori han tilkendegiver, at den tyske nation nu, frem for alle andre lande, er et jordisk paradis og dertil rigeligt begavet med Guds ord. Det vil vi tyskere slet ikke fuldkomment nok kunne takke Gud for.* København, 1548 (2002).

- Nils Matsson Kiöping: *Een reesa, som genom Asia, Africa och många andra hedniska konungarikjen samt öijar medh fljtt är förrättat aff Nils Matson Kjöping,* 1667.

- Adam Olearius: *Des Welt-berühmten Adami Olearii colligirte und viel vermehrte Reise-Beschreibungen bestehend in der nach Muskau und Persien, wie auch Johann Albrechts von Mandelslo morgenländischen, und Jürg. Andersens und Volq. Yversens Orientalischen Reise, mit angehängter chinesischen Revolution, und wie solch mächtiges Reich vor kurzten Jahren von den Tartarn überwältiget und eingenommen, auch: wie der flüchtende chinesische Mandarin und See-Räuber Coxinga, die von den Holländern besetzte Insul Formosa angefallen und erobert, nebenst beygefügetem persianischen Rosen-Thal und Baum-Garten, beyde voller Lust- und Lehr-reichen Sententzen und Sprüchen... Von Neuem aufgelegt.* Hamburg: in Verlegung Zacharias Herteln und Thomas von Wiering, 1696.

12 Em frente aos 50 barcos enviados pela *Ostindisk Kompagni* a Ásia, a VOC envia 1800 ao longo do XVII. (Gøbel, 2003).

13 A influência holandesa na cultura e sociedade dinamarquesa do XVII é imponente. A lista inclui urbanistas (J. van Wick), pintores e artistas (Karl van Mander III e Abraham Wutchers). Em 1520 Frederik II impulsiona o assentamento de grupos de camponeses holandeses para desenvolver a indústria agro-alimentária na ilha de Amager, e Christian IV contrata a peritos holandeses em navegação e comércio (M. de Boshower, R. Crappé, W. Leyel). O primeiro livro impresso em língua dinamarquesa, a anónima *Rimkrønike* (A crónica rimada) (1495) foi impresso pelo holandês Gotfred af Ghemen.

14 De possuir o 12,5 % das acções em 1616, Christian IV passou a controlar o 50 % em 1630 (Willerslev, 1944).

dinamarquesa chocaram com a crua realidade na chegada da expedição à ilha de Ceilão a 16 de Maio de 1620. O *nayak*, Cenuvirat Adassin, não era em realidade rei de todo o Ceilão senão apenas um dos muitos chefes locais em que se repartia o governo da ilha. Além disso, o príncipe estava mais interessado na contribuição militar dinamarquesa para a defesa naval contra os portugueses e holandeses que em conceder à *Ostindisk Kompagni* o monopólio mercantil das especiarias. Apesar da inicial decepção, parte da expedição de Ove Gedde ao comando de Roland Crappe dirigiu-se à costa Coromandel, onde conseguiram um acordo com o *nayak* de Tanjour, Ragunatha, para criar um posto comercial em Tranquebar, uma localidade localizada numa região agrícola fértil e populosa. A companhia conseguiu permissão para levantar o forte de Dansborg a mudança de um pagamento anual de 16.500 libras em conceito de arrendo do terreno. A influência de Ove Gedde na história nacional dinamarquesa fica refletida nesta estrofe que faz parte de um *vise* (canção popular) escrito com o motivo do seu casamento com Dorothea Houe, em 1622: “O que Deus te pediu fazer nos lugares estrangeiros” (salmo n.º XIV) (Peter Raffn, 1641).

Apesar do impulso inicial, a *Ostindisk Kompagni* não pôde competir com a pujança das praças vizinhas, a portuguesa Nagapatam (fundada em 1507) e as holandesas Pulicat (fundada em 1600) e Masulipatam (fundada em 1616). Depois de várias expedições comerciais, a má administração e a falta de capital levaram a *Ostindisk Kompagni* à quebra em 1650. A Companhia foi refundada em 1670 e esta segunda etapa durou até 1729. Em 1730 fundou-se a *Asiatisk Kompagni* (Companhia da Ásia), que em 1779 passou às mãos do rei da Dinamarca, e foi liquidada em 1830, e que com base em Tranquebar tinha no tráfico de mercadorias com a China, a sua maior fonte de rendimentos¹⁵. Em 1845 a coroa dinamarquesa vendeu Tranquebar à *East Ásia Company* inglesa.

A par das fábricas dinamarquesas na costa da Guiné, Tranquebar organizavam-se de acordo com um padrão de assentamento que consiste numa fortaleza, baptizada em Tranquebar como Dansborg (“o forte dinamarquês”), na que residia a população europeia, e um área de influência, na que reside a cidade dos nativos. Com base em Tranquebar, a rede dinamarquesa incluía pequenos estabelecimentos em Macassar, Bantam, Masulipatam e Pondichery, nas quais os dinamarqueses comercializavam “de tudo” (“*med al muelig virksomhed*”) (Niebuhr, 1805): ouro, diamantes, especiarias, seda chinesa, estanho e nitrato. As principais especiarias eram gengibre, noz moscada, cravo e pimenta, que Skonning (1639: 199), num esforço de divulgação, classifica pela sua origem geográfica: A noz moscada procede de Badan (Bantam?), o cravo da ilha Monoch (Macassar?), e o alcanfor da ilha Porne (Borneo).

2. O emprego de serventes domésticos na colónia de Tranquebar (Índia)

Não há legislação específica dinamarquesa sobre o estatuto jurídico dos servidores domésticos em Tranquebar na primeira metade do século XVII. Em princípio, os dinamarqueses adaptam-se aos costumes locais dentro dos limites do sentido comum. Os europeus não questionam a prática escravagista, ainda que se exija um contrato adequado ao escravo

¹⁵ Após o trabalho pioneiro de Kay Larsen: “*Den danske kinafart*” (1932), nos últimos anos actualizou-se o interesse pelas relações comerciais com o Extremo Oriente. Para China: Tove Clemmensen e Mogens Mackeprang: “*Kina og Danmark 1600-1950. Kinafart og kinamode*” (1980). Quanto às conexões comerciais entre a Dinamarca e o Japão: Yoichi Nagashima: “*De dansk-japanske kulturelle forbindelser 1600-1873*”. Museum Tusulanums forlag, 2003.

cumprindo assim com as obrigações mínimas de fornecer necessidades básicas (roupa e alimentação). No século XVII o tráfico de escravos justifica-se à luz do espírito da época no marco das teorias sobre direito internacional desenvolvidas pelo jurista holandês Hugo Grotius em *De jure belli ac pacis* (1625, Livro 3, capítulo 14), quem ao mesmo tempo que recusa a concepção aristotélica da escravatura natural, justifica a escravatura contemporânea como fruto de situações que requerem actos necessários de privação de liberdade, como no caso dos prisioneiros de guerra pela guerra justa e a venda dos filhos para evitar que passem fome (Anastaplo, 2012).

Apesar da sua desconfiança pela população local, os governadores dinamarqueses confiam na capacidade de trabalho dos tâmile. São empregados como tradutores, pedreiros, polícia local e inclusive marinheiros (Larsen, 1907). O Almirante Ove Gedde não duvida em empregar mão-de-obra tamil para o reparo do barco 'Elephanten' em Ceilão (Abd-El Dayen, 2006). Entre 1640 e 1643 Claus Rytter emprega *soerte tieneris* (serventes de cor) como membros da tripulação do barco '*Den forgyldte sol*' (O sol dourado) nas suas travessias regionais entre Maslepatan e Bantam. Rytter regista na sua contabilidade os salários mensais em reais pagos a estes empregados tâmile (Dansk Kancelli, B245A).

Na linguagem oficial emprega-se a distinção entre homem branco - homem negro ('hvide og sorte mænd') para distinguir os habitantes de Tranquebar. Já em 1632, o páter Mads Rasmussen, deixou escrito no seu diário como capelão castrense do barco 'Perlen' na rota da Ásia que o dia 17 de Março celebrou sua primeira missa em Dansborg perante os seus paisanos e '*200 mænd sorte indianer*' (200 índios de pele escura) (M. Rasmussen, 1794) - note-se o ênfase na diferença racial, que se repete no *octroi* de 1670 quando se descreve o encontro da fragata Færøe com os 200 homens 'hvide og sorte' residentes na fortaleza. Em Tranquebar, os dinamarqueses recrutam a seus servidores domésticos entre as castas baixas da sociedade indiana. Os escravos domésticos procedem da venda de elementos familiares, dívidas e cativos de guerra. As difíceis condições ecológicas forçam a venda de pobres como escravos para poder subsistir nas épocas de más colheitas. (Bredsdorff, 1999: 148). Precisamente, coincidindo com a chegada dos dinamarqueses entre 1618-1620 a Tranquebar, produz-se um período de seca e fome prolongada em Coromandel. Neste período embarcaram-se contingentes de escravos de Coromandel a Batavia¹⁶. Os europeus tinham escravos pessoais, as companhias empregavam servidores tâmile na sua frota e os governantes estavam envolvidos em tráfico negreiro¹⁷. O governador de Tranquebar Berndt Pessart tinha escravos pessoais (Larsen, 1907), e o seu sucessor o governador W. Leyel, de origem holandesa, colaborava no tráfico com seus compatriotas da VOC (Bredsdorff, 1999: 148), uma maneira, segundo Eilstrup e Boergard (1974), de sobrevivência para os dinamarqueses que em 1634 acumulavam uma dívida de 156.000 táleres (rdlr.) com o nayak de Tanjour (Larsen, 1907). Bredsdorff informa sobre um carregamento de 114 escravos de W. Leyel (1999: 149). Na sua memória de viagem, o marinheiro dinamarquês Jürgen Andersen (1669) diz que viajou no barco Nassau da VOC com um carregamento de 120 escravos para Mocca e para o Golfo Pérsico. O tráfico de escravos continuou como parte da actividade dos barcos da *Asiatisk kompagni* desde finais de século XVII (Struwe, 1966). Para 1698 o governador Claus Vogdt

16 Com base no arquivo de W. Leyel dos anos 40 do séc. XVII, A. Bredsdorff (1999) informa sobre uma exportação em Tranquebar de 8 escravos em agosto, 165 em setembro e 20 em outubro de 1647. No caso holandês, entre 1622-23 foram embarcados 1900 escravos de Pulicat e Devanampatnam (Vink, 2003: 142).

17 Governadores dinamarqueses de Tranquebar durante o primeiro período da *Ostindisk Kompagni* (1620- 1650): Ove Gedde: 1620-1621; Roland Crappe: 1622-1636; Bernd Pessart: 1636-1643; Wilhem Leyel: 1643-1648.

permitia aos barcos realizar viagens internas a Atschin em Sumatra para comprar escravos antes de regressar a Copenhaga (Larsen, 1907). A cultura guerreira no sudeste asiático incluiu a venda dos derrotados como escravos de guerra¹⁸. Ainda que fosse uma prática alheia à cultura militar europeia, os dinamarqueses de Tranquebar também praticaram a venda de soldados cativos como escravos no conflito de interesses que os enfrentou durante o governo de Berndt Pessart (1636-1643) ao exército do rajá do vizinho reino de Bengala. B. G. Niebuhr (1805) informa-nos da troca de acusações: o rajá de Bengala acusa aos dinamarqueses de pirataria e os dinamarqueses acusam ao rajá de tirano. Durante o confronto, os barcos dinamarqueses praticaram a guerra do corso (*kaperie*). Niebuhr (1805: 153) descreve um episódio de venda como os escravos da tripulação de um barco inimigo bengali, capturado pelos dinamarqueses, venderam os cativos bengalis por um preço entre cinco e dez piastras por cabeça. No registo da sua longa rota de volta à Dinamarca com escala em Madagáscar e Pernambuco (Brasil) em 1643 em 'Den forgyldte sol' (Dansk Kancelli, B245A), Claus Rytter anota que Francisco, Manuel e Antonio, os tripulantes tâmile que viajam para Copenhaga em 'Den forgyldte sol', recebem salário mensal, um *gingang* bengali (prenda de algodão bengali), camisas e uma manta de viagem de Maslupatam. Chama a atenção o diferente tratamento dado aos tâmile assalariados e ao escravo tamil Braes, que não recebe salário durante a travessia a Copenhaga. Rytter inclui também o registo de Braes sem apelidos que o identifiquem, o que contrasta com o registo com nomes e apelidos dos tâmile empregados livres: "Francisco Lafer viaja inscrito como cozinheiro, Antonio de Marese viaja inscrito como marinheiro, Braes como ajudante de cozinha" - ainda que o tripulante Manuel é registado também sem apelido. (Dansk Kancelli, B245A)¹⁹.

Para 1623, um marinheiro da *Ostindisk Kompagni* recebia um pagamento de dez - treze táleres por mês (Olafsson, 1905) e 40 táleres pagou Claus Rytter na Índia pelo escravo chamado Braes para sua Majestade Christian IV em 1643. No seu diário de bordo escreve Claus Rytter: "No dia 21 de março de 1643 comprei por encargo de Hermand Clausen para sua Majestade este escravo negro (*soerte slaue*) que tem que navegar conosco até à Dinamarca empregado como ajudante de cozinha no barco e pelo que paguei por recomendação de Hermand Clausen 40 tais" (Dansk Kancelli, B245A)²⁰, o preço de um varão jovem e são no mercado de Bantam à luz das categorias de escravos recolhida pelo marinheiro Mourids Christensen (1670). Em Coromandel, custa 20 táleres um varão (*frisch karl*) e 40/59/60 taler em Bantam. Uma mulher saudável (*Smuch quindfolch*) que é posta à venda como escrava custa 10/12 táleres em Coromandel e 20/30 em Bantam, a metade de um varão mas o mesmo que um varão idoso (*gammell karl*)²¹.

18 Segundo Vink (2003), 2118 cativos foram vendidos como escravos por causa da guerra entre o nayak de Tranjavur e o nayak de Bijayur em 1640.

19 "Francisco Lafer sejler med hjem som kok, Antonio de Marese som bådsmænd, Bras som koksmat". (Dansk Kancelli, B245A).

20 "Ao. 1643 21 Marti, haffuer ieg kjøbt paa hands Mayts. Wegne aff Hermand Claußen, denne Soerte Slaue, som schal fare med oß hjem til Dannemarck, for Kocks Maet paa schibet, haffuer ieg gieffuit for ham som Hermand Claußens beuiß vduiser 40 Richs dr". (Dansk Kancelli, B245A).

21 Preço dos escravos em Bantam até 1670 de acordo com Mourids Christensen (1670):

	Coromandel	Bantam
En Frisch karl selgis paa kosten for	- 20	- 40.50.60
1 halff woxen	- 13.14	- 30.40
1 liden	- 10.11	- 20.30
1 gammell karl	- 10.12	- " "
1 Smuch quindfolch	- 14.16	- 20.30
1 liden	- 11.12	
1 gammelachtig	- 8. 9	

3. O emprego de serventes domésticos (*morianer*) na metrópoles

Na linguagem da época, um homem de pele escura é um *sortemand* e os servidores de raça negra eram chamados *mohr* ou *morianer* (mourous). A lei dinamarquesa do XVII não regula sobre os *morianer* como um grupo étnico específico – ao invés do que faz com os judeus, ciganos, católicos ou suecos (Dübeck, 1987). Como estrangeiros sem terra não lhes afecta a lei nacional que vincula o camponês ao terreno (lei da *vornedskab*) (Danske Lov, 1683: cap. 14). Profissionalmente o *morian* é assimilado ao laçao (*lakai*), um servidor pessoal dentro da categoria de *tjenestefolk* (servidores), mas os *morianer* carecem dos direitos legais dos *tjenestefolk*: direito a salário (Danske Lov, 1683: III Bog, cap. 19, art. 14) e direito a rescisão voluntária do emprego por parte do servidor (Danske Lov, 1683: III Bog, cap. 19, art. 9 e 10). Os primeiros *sortemænd* de Ceilão e Tranquebar chegaram a Copenhaga trazidos pela expedição de Ove Gedde no seu regresso em 1620. Trata-se dos tâmeles Cathi e Mari, que ficaram a cargo do professor de escola Anders Christensen para sua conversão ao cristianismo. Pelo seu trabalho, o educador contou com dinheiro público doado pela Igreja de Nossa Senhora (*Vor Frue kirke*) de Copenhaga. O rastro de Cathi e Mari perde-se nos arquivos (H. F. Rørdam, 1889). Em paralelo a aventura colonial, o urbanismo da cidade de Copenhaga adapta-se aos novos horizontes. Os nomes das ruas do bairro de moradias de *Nyboder*, erguido em 1631 por iniciativa de Christian IV para os marinheiros da frota real, levam nomes que sugerem a natureza do novo mundo: ‘a rua do elefante’, ‘a rua do camelo’ e ‘a rua do cravo’ são alguns exemplos. Os escravos não são necessários para cumprir um objectivo productivo nem contribuem para o monopólio comercial dinamarquês na Ásia, mas são empregados como servidores domésticos, e sua presença tem que ser assimilada administrativamente. A novidade da presença de pagãos nas ruas de Copenhaga constituiu um verdadeiro desafio para a política luterana ortodoxa, inimiga formal das confissões católica e judia, cujos membros eram os destinatários dos *Fremmedartiklerne* (artículos pró peregrinos) de 1569 (reimpresos em 1617), uma lista de artigos, redigidos provavelmente pelo teólogo Niels Hemmingsen (1513-1600), e que consistiam numa prova de conhecimentos de 25 perguntas sobre a Confissão de Ausburgo que os estrangeiros tinham que contestar correctamente para poder residir no país. A discordância entre a prática social escravagista e a falta de legislação administrativa e religiosa (P. Olsen, 1987) não pode ser mais evidente que no caso dos *morianer* importados pelos capitães da *Ostindisk Kompagni*. Christian IV opôs-se a que os capitães trouxessem serventes asiáticos nos seus barcos (Olafsson, 1905), uma prática popularizada pelos navegantes da VOC repariados para Amsterdão (Gelman Taylor, 1983), mas não regulada pela ortodoxia luterana. Nos assuntos religiosos, os *morianer* movem-se no limbo administrativo antes da ordem de Christian V do dia 21 de Março de 1693 sobre casamentos e baptismos no país, que proíbe a residência extraconjugal e exige o baptismo dos filhos²². H. D. Lind (1889a) oferece duas breves notas com informações sobre o baptismo de *morianer* em Holmens Kirke no período de Christian IV. O critério étnico é patente no registo do baptismo de Knud, “um filho do *morian* Ulrik Christian” (*Ulrik Christian Morian*), e em 1640 o mesmo varão, agora designado como “o índio Ulrik Christian” (*Ulrik Christian Indianer*), teve outro filho. A relação de propriedade dono-servo é evidente no registo de baptismo no dia 28 de Novembro de 1638 de Frans Panirs, “*morian* de Ernst Pricker” (*Ernst Prickers morian*), quem

22 “Forordning om de reformeredis brudevielser saa og om deris og de catholiskes børnedaa” (Regulação dos casamentos e bautizados de católicos).

era capitão do navio *Fortuna* destinado à rota da Ásia. No interior de *Holmens kirke*, a igreja do bairro dos estaleiros (*Bremerholmen*) fundados por Christian IV, conserva-se uma pia de baptismo de 1649 decorada com motivos étnicos. A pia, de ferro forjado, esmaltado e dourado, apoia-se em quatro pés de *morian*, e quatro bustos de galeões com caras de *morian* que alternam com o escudo de armas de Christian IV decoram a superfície externa do recipiente. As suas grandes medidas (mede 117 cm. de altura) diferem das pias de outras igrejas do país. Desde a sua construção em 1617, *Holmens kirke* está vinculada ao grémio de marinheiros e a pia segue colocada sobre uma enorme rosa dos ventos gravada no solo no centro da nave. Parte da massa trabalhista de *Bremerholmen* eram presos dinamarqueses destinados a trabalhos forçados - mas não há referências a presos de raça negra no estudo clássico de Lind (1889b). O interesse historiográfico pelo desenvolvimento da escravatura nas plantações durante o século XVIII (primeiro durante o período florescente e depois durante o período abolicionista) escureceu o interesse pelos *morianer* na metrópole. Além disso, não se trata de população urbana, claramente visível, porque residiam nas mansões dos seus donos no campo, onde se dedicavam a labores domésticos. Na memória popular dinamarquesa recorda-se a figura de Christian Carl, o “*morian* da rainha” que pereceu no incêndio do castelo de *Sophie Amalieborg* durante uma representação de ópera em 1689. Nos livros da chancelaria (*Kancelliets brevbøger*) de 1621-1623, aparece uma entrada sobre a actividade produtiva de um *morian* na Dinamarca. Numa misiva do 1.º de maio de 1623 (pp. 593-594) Christian IV impele a *Otte Brahe Pedersen*, governador (*lensmand*) do senhorio de realengo de *Kolding hus* “que mostre ao índio enviado” (*at vise denne indianer*) o lugar onde se encontram as pérolas no rio *Varde* (*Varde å*) para que as pesque. O “*indianer*” (índio), provavelmente um *morian* trazido pela expedição de *Ove Gedde*, é nomeado com o nome cristão de *Peder* (Pedro). O trabalhador fica a cargo de *Peder Hansen*, prefeito da população de *Skamstrup*, que recebe uma compensação de três táleros e meio de prata (*rigsdaler*). Há que fazer notar que nada se diz do salário do trabalhador, sujeito, quem sabe, à obrigação de corvea (*hoveri*) que é a obrigação vigente na Dinamarca na época de trabalhar gratuitamente para o senhor. Por outro lado, intuimos as duras condições de trabalho do índio, porque numa misiva do dia 7 de Outubro de 1623 é comunicado ao novo governador, *Gunde Langué*, que o índio (sic) morreu e se lhe consta que emprega agora camponeses locais para que continuem com a actividade perlática. O *morian* carece de decisão sobre seu destino, que fica nas mãos do seu senhor, seja este o monarca ou uma autoridade provincial. A concorrência pelos serviços de um *morian*, sem dúvida um serviço de prestígio, manifesta-se na missiva de Christian IV enviada em 1620 ao nobre *Otto Marsvin* (1573-1647), ao que impele a retornar o *morian* “que tem em seu poder desde faz tempo” (misiva do 19 de setembro de 1620, *Kancellariets brevbøger*).

4. Os *morianer* na literatura e arte dinamarquesa da época

Em dinamarquês antigo utiliza-se o termo *morian* ou *mohr* (mouro, em português) para designar ao homem de cor, africano. É um termo de origem grega *μαρος* que chegou às línguas germânicas através de uma língua romance, possivelmente do francês *morien*, derivado do latim *maurus*, que quer dizer preto. A escravatura (*trældom*) não é contrária à idosa lei natural nórdica. Os viquingos praticavam a escravatura sem distinção de raça, ainda que as distinções pela cor da pele vêm de tempos antigos. Nas sagas chama-se

blaamænd (homens azuis) aos habitantes do norte de África (V. Dahlerup, 1905). A conotação *morian* e cor escura “Mørckblaa er som Morian” (escuro como um *morian*) é uma expressão utilizada por Poul Jensen Colding em sua *Dictionarium Herlovianum* (dicionário dinamarquês-latim) de 1626, (Kap. 12, p. 409). Durante as Cruzadas introduziu-se a figura da cabeça de um negro (*moriashoved* ou *blaamændhoved*) na heráldica escandinava como troféu (Thiset, 1905). Estas cabeças representam-se com cabelo encaracolado, fita e pendente. No capítulo da *Geographia* dedicado à Etiópia superior, H. H. Skonning (1641) chama *morianer* à gente de cor por natureza (cap. XLVII). O termo *kaffer* (cafre) é de origem medieval árabe, quem utilizavam-no para designar às populações pagãs bantú de África do Sul. J. Olafsson (1967) chama cafires aos Hotentotes, ‘canibais’ de África do Sul (Olafsson, 1905: 43, cap. XI) e H.H. Skonning (1641: L) utiliza *caffres* como sinónimo do homem negro de acordo aos usos linguísticos germânicos da época, que distinguem entre os homens negros (*negerin*; holandês, *neger*; dinamarquês) e os homens de pele escura (*swartz*; holandês, *sorte*; dinamarquês). Nos documentos conciliares designa-se com o termo *indianer*, isto é, habitantes da Índia, aos tâmeles de Tranquebar, quem no imaginário dinamarquês da época são catalogados como *soertemænd* (homens de pele escura). O tema racial não é explícito e suas referências são escassas na literatura barroca escandinava. Na Idade Média o adjectivo *sort* (hoje: *sort*) utiliza-se em sentido negativo: se diz *den sorte pest* (a peste negra), e a disciplina escolar conhece-se como *den sorte skole* (a escola negra). A palavra *mørk* designa a escuridão, o lado sinistro das coisas segundo o *Dictionarium Herlovianum* (1626). A poesia barroca emprega com frequência o termo nas suas descrições gerais: “*Naar mørk og lang er aftenen*” (quando escura e longa seja a noite) (Peter Syv), mas para descrever os rasgos fenotípicos de cor nas pessoas se utiliza o adjectivo *sort*. Num poema de Søren Terkelsen, “*Denne holder med de soerte*” (Este apoia aos negros) (1650) o poeta idolatra a sua amada, de pele branca mas de olhos escuros (*hudden hvid oc øjne sorte*). O poeta não recusa os rasgos físicos que se afastam do regular germânico, ainda que os aceita por defeito: “*Naar de hvid'er' alle borte, holder jeg mig til de sorte*” (quando já não há brancos, fico com os negros), para terminar reafirmando a beleza da sua amada, ainda que seja imperfeita: “*Du est kjon/dog ej dêem kiønnest/skjøn est du/dog ej dend skjønest*” (és bela, mas não a mais bela (x2)). Um *morian* protagoniza um capítulo da peça popular “*Em underlig og dog meget schiøn historie om dêem tålmodig Helena af Constantinopel, em konge daater*” (A estranha e bela história da paciente Elena de Constantinopla, uma filha do rei), de meados do século XVII. Trata-se de uma fantasia literária sobre um príncipe *morian* guerreiro e pagão, general das tropas turcas, que enfrentam os cristãos em Flandes. Depois de um duro assédio turco à cidade de Brujas, as tropas do rei Antonius e do Bispo de Tours conseguem romper o cerco e libertar o rei inglês Henry prisioneiro do turco. O episódio termina com o necessário baptismo do infiel. Na mentalidade religiosa só a intervenção divina liberta o pecador, a quem Michaelis Severini, o autor da seguinte canção popular (*vise*) de 1625 identifica com um escravo negro (*blaamand*): “*Em blaamænd omskifte huden sem. Alting vaar aff til modstand, hjælp aff em naade din*” (Um escravo negro mudou-se a pele. Toda resistência desaparece com Tua ajuda). As fronteiras sociais que delimitam a raça são inquebráveis para o *morian*. No poema bíblico *Hexameron* (1661), o poeta Anders Arrebo escreve o seguinte: “*Baadsmænds viis sem trøje gennembløder. Dog som em Morian ej gjerne sig bespejler, (Det gjør hans Ansict vidt, hans skønhed hannem fejler)*” (O contra-maestre mostra a sua camisa empapada mas, como um *morian*, não quer se ver no espelho (porque a sua cara se vê branca

e isto é uma falha que o afeia)). O poeta nacional dinamarquês J. L. Holberg introduz no teatro dinamarquês o motivo do medo ao herege turco e romano em Peders Paars (1719) e Melampe (1723) (Holm, 2010). Ainda que a entrada *morian* ou *sortemand* em Holberg carece de uma clara conotação social, o seu emprego está longe de ser inocente: Em *Jeppe på bjerget* (1722) põe na boca de Jeppe a expressão “*Fala dinamarquês, cão negro*”. Em general, o tom é decididamente pessimista. *Morian* equivalente a sinistro aparece numa descrição dos dias do mês na comédia *Sganarels reyse til det philosophiske land* (A viagem de Sganarel ao país da filosofia) de 1758, (p. 6v) e nas suas memórias escreve que em certo dia “*Solen var blever saa brun som em morian*” (o sol estava tão negro como um *morian*). No seu ensaio *Epístola IV* (p. 357) escreve: *Thi em Paukenslageren var em sort Morian* (um timbaleiro era um *morian* negro) (exemplos procedem do arquivo de literatura dinamarquesa na rede: www.adl.dk - *Arkiv for dansk litteratur på nettet*). Na literatura romântica nacionalista dinamarquesa explodiu as sugestivas conotações dos países cálidos através da figura do *blaamand* em S. S. Blichter e N. F. S. Grundtvig (V. Dahlerup, 1905). A moda orientalista tem na obra de teatro *Aladdin* (1803) de A. Oehlenschläger e na novela *Mullatten* (1843) de H. C. Andersen um ponto álgido. Na literatura sueca dos séculos XVIII e XIX o termo *morian* emprega-se também associado a situações estranhas ou denegrentes para os protagonistas. Foi utilizado pelos poetas nacionais C. M. Bellman (1740-1795), que utiliza a expressão “*Båd ängel och morian*” (anjo mau e *morian*) nalguns dos seus poemas, e C. J. L. Almquist (1793-1866), que utiliza o termo *morian* para marcar um desvio da norma social quando põe na boca de um dos protagonistas de *Drottningens Juvelsmycke* (As jóias da rainha) (1834) a expressão “*Men tag öfver ansigtet mask af em Morian*” (mas põe-te antes uma máscara de *morian*). No século XIX, G. F. Gyllenborg descreve nas suas memórias uma situação em que se encontrava “*omgifven på ena sidan af em morian och på den andra af em markatta*” (se encontrava flanqueado por um *morian* e um macaco) e o autor C. G. af Leopold põe na boca de uma das personagens das suas obras a expressão “*diabólico escravo*” para insultar um assassino. A novela sueca mais popular com tema de *morian* é “*Morianen eller Holstein-Gottorpska huset i Sverige*” (O *morian* ou a casa de Holstein-Gottorp na Suécia) (1751), na qual M. J. Crusenstolpe transforma em figura literária o *morian* Gustav Badin, servidor de Lovisa Ulrika, esposa do rei Adolf Frederik da Suécia (1710-1771). O romântico nacionalista Victor Rydberg na sua novela *Fribytare på Östersjön* (O pirata do Báltico) (1851), cuja trama desenvolve-se no século XVII, escreve “*att kusken framkom svart som em morian till det främmande stället*”, (o condutor chegou ao lugar de destino negro (sujo) como um *morian*). Mais empático mostra-se Thomas Thoril, o defensor sueco da causa abolicionista no final do século XVIII, que utiliza um tom épico para descrever o “heroísmo do escravo e os deserdados”.

Os gostos artísticos dos príncipes ilustrados impulsionam a transição para o Barroco das representações teatrais no centro e norte de Europa. O teatro religioso medieval, com suas representações de mistérios, vidas de santos, e comédias de carnaval, dá lugar às representações dramáticas nas quais é cada vez é mais frequente o aparecimento das figuras burlescas do diabo e do tolo (*narrem*) em cena. O *morian* não tem espaço nas comédias populares de escola (*skolekomedien*) escritas por Peder Jensen Hegelund e Hieronimus Justesen Ranch, um género literário que, em paralelo às obras teatrais didácticas jesuítas, se desenvolveu nos países luteranos neste período. A *skolekomedie* é uma forma de teatro com motivos bíblicos e conteúdo moral e didáctico interpretado e dirigido ao público escolar. No entanto, o tema do *morian* entra discretamente através da arte dramática inglesa

e alemã. No final do século XVII, companhias de actores e instrumentistas ingleses vinculados ao *Blackfriars theatre* de W. Shakespeare, percorriam o centro e norte da Europa actuando nas cortes principescas (Cohn, 1865). Da mesma forma que os seus homólogos alemães o *Landgraf* Maurice de Cassel e o Duque Henry Julius af Brünswick in Wolfenbüttel, os reis dinamarqueses Frederik II e Christian IV foram grandes aficionados do teatro. Depois de actuar nas cortes de Berlim, Dresden e Nüremberg, os comediantes ingleses incluíam a corte dinamarquesa na sua gira europeia. Na linguagem dramática da época o *morian* é sinónimo de tolo (P. Hansen, 1891), ainda que os *morian* carecem de réplica nas obras dramáticas cortesãs. Uma referência discreta ao conceito popular de raça como cor da pele encontramos na expressão “*Ieg maa well were bleg og sortt*” (eu posso ser tanto pálido como moreno) que o autor Hieronimus Justesen Ranc põe na boca do carácter Abiabel, um dos protagonistas da comédia escolar *Samsons fængsel* (O cárcere de Samsão) (1599). Na obra, Abiabel é o príncipe dos filisteus, os inimigos do povo de Deus. Em dinamarquês antigo, de acordo a S. Birket Smith (1876: 389), *sort* (escuro) e *bleg* (pálido) são termos que se utilizam para descrever a cor da cara. No epílogo da obra *Tobias Comedie* (A comédia de Tobias) representam-se três números musicais com referências africanas, que incluem a *Pygmæ Dans* (A dança dos pigmeus), a *Rytter-Dans* (A dança do cavaleiro) e a *Daare-Dans* (A dança do tolo), este último número inspirado na dança do moro (*Morris Dans* ou *moresca*) inglesa (P. Hansen, 1891). Um tema central nas festividades cortesãs (*kongelige festligheder*) eram os concursos de carrossel (*ringridder spil*), jogo com armas a cavalo de origem italiana que teve grande aceitação entre a nobreza como substituto do jogo de justas, proibido pelo Papa depois da morte de Enrique II de França durante um torneio em 1559. Christian IV era um grande aficionado e campeão do carrossel. Na parede da escada central do Palácio de Rosenborg em Copenhaga, está pendurada uma série de quadros com o motivo do desenvolvimento de um torneio em que os participantes, encabeçados por Christian V competem em golpear o objectivo que é um monigote com cabeça de negro ou moro. A luta protestante contra o eixo do mal que vai de Roma a Constantinopla reflete-se no tom anticatólico e antiturco das representações teatrais nas festividades para a coroação de Christian IV no Verão de 1596 (Holm, 2010: 37). No fantástico cenário de danças moras e carnaval zombador (no que participou Christian IV disfarçado de Papa de Roma) combate-se simbolicamente a ‘heresia’ de Clemente VIII e Mehmet III, mas não o paganismo africano, politicamente irrelevante.

Na Idade Média a figura do *morian* Baltazar, o terceiro rei Mago, populariza-se na arte sacro, por exemplo, nos frescos de *Højby kirke*, no retablo de 1520 em ‘A Casa do Espírito Santo’ em a cidade de Nykøbing Falster e o retablo da catedral de Slesvig. Depois da reforma luterana, que triunfa na Dinamarca após o golpe de estado de Christian III em 1536, além dos clássicos motivos bélicos e religiosos ao serviço da propaganda do estado, os encargos realizados pela corte real, a igreja e outros particulares coincidem no seu interesse por ressaltar a riqueza material do reino e a fama da linhagem, através das figuras individuais que são destacadas num meio pomposo e ideal - segundo a moda de Rubens e Tiziano (Reindel, 2009). Na sala de etnografia do actual Museu Nacional (*Nationalmuseum*) expõem-se os quadros pintados pelo holandês Albert Eckhout sobre tipos humanos do Brasil colonial. As pinturas de Albert Eckhout chegaram em 1654 a Copenhaga como presente de Johan Mauritz af Nassau-Siegen, governador holandês de Brasil, a seu primo Frederico III da Dinamarca. As pinturas de Eckhout representam tipos humanos da colónia americana: mulher afrobrasileira, índios tupinamba e tapuia, e negros e mulatos. Num

cenário local exótico e fértil, os retratos de Echkout convidam a reflectir a respeito da natureza humana. Frederik III premiou a Johan Mauritz com a insígnia da Ordem do Elefante que este inclui em seu brasão, ainda que seu exemplo não é único, já que os intercâmbios de quadros com motivos africanos escravagistas, por exemplo com um servente negro, são uma prática geral que passam a fazer parte da rede de contactos diplomáticos internacionais entre poderes coloniais. O paradoxo das cenas com *morian* no século XVII é que estes não aparecem retratados em cenas da sociedade civil mas aparecem retratados, como serventes, em cenas da alta aristocracia e das altas instâncias político-jurídicas do país. Em alguns casos, são protagonistas involuntários das decisões políticas ao mais alto nível. Num quadro que está pendurado na sala 10 do museu do palácio de Rosenborg (nr. 1042), que representa a Christian V reunido com os membros do tribunal superior de justiça, provavelmente em 1683, o pintor inclui no fundo do quadro a figura de um servidor *morian* olhando ao grupo. Podemos perguntar-nos se é uma maneira de recordar ao observador do quadro que a *Danske Lov* (a primeira Lei Nacional emitida em Dinamarca), emitida por Christian V nesse mesmo ano, também se adequa aos *morian* socialmente invisíveis do país. Os encargos de retratos com personagens africanas estão entre as preferências da nobreza cortesã da época. A figura do exótico *morian*, popularizado pelos retratos da corte turca realizados pelo pintor e viajante dinamarquês Melchior Lorck (1527-1588) (Christensen, 2006) torna-se motivo nos retratos da aristocracia europeia. A gente prominente é retratada em pose orgulhosa e flanqueados por um ou dois serventes de cor em cenários idealizados mas reconhecivelmente europeus, como uma maneira de localizar os novos recursos como parte do fértil reino terreno (*den blomsterede rige*) (Reindel, 2009). No *Statens Museum for kunst* estão pendurados os quadros de Dom Miguel de Castro e seus dois serventes enviados à corte de Soyo (Angola) (1643) pintados por Jasper Becx e o colorista ‘O casamento de negros no Suriname’, pintado por Dirk Valkenburg em 1706-1708. A riqueza dos motivos realça o esplendor da corte, não só como curiosidade senão como uma maneira de reafirmar o poder real (Kopplin, 1987). Os mestres do género de pajem são Karl van Mander III (1606- 1670) e Abraham Wutchers (1608-1682) pintores de origem flamenca empregados ao serviço da corte dinamarquesa (Povl Eller, 1971). Algumas das obras de van Mander III que estão penduradas nas paredes do Museu Nacional de Arte (*Statens Museum for kunst*) refletem a aventura colonial: “Um *morian* com turbante e armadura” e “Cabeça de africano”. Seu é o retrato do Almirante Ove Gedde. Os retratos reais de Sophie Amalie (1650), rainha consorte de Frederik III, e o de seu filho, Prins Jørgen, realizados por Abraham Wutchers, e que estão pendurados no Museu de História Nacional de Frederiksborg (*Nationalhistorie museum*), incluem a figura de um *morian* de pequeno tamanho, de rasgos infantis e que observa em posição submissa o seu a partir de um segundo plano, como engrandecendo o seu valor. Pequenas reproduções destes quadros com *morian* estão pendurados inclusivamente em casas de pequenos burgueses de províncias (Eller, 1975: 136). A moda de ser retratado com *morian* como símbolo de prestígio é também adoptada por membros da ascendente classe burguesa. As personagens retratadas no “Duplo retrato de Hannibal Sehested e sua senhora Christiane” (*Dobbelt portræt af Hannibal Sehested og hans hustru Christiane*) aparecem numa cena de caça com cavalos e acompanhados de pajens de raça negra. Na figura do pajem destaca-se o seu turbante e uma pérola na orelha e o colar, símbolo do estatuto de escravo. A porcelana de *morian* mais antiga que se conserva no catálogo do Palácio de Rosenborg é de 1610, mas é com a chegada de Sophie Amalie von Brandenburg, esposa de Frederik III, à corte em meados do

século XVII que a prestigiosa fábrica de porcelanas de Dresden (Alemanha) se converte no principal fornecedor de porcelanas com figuras de *morian*. Estas peças de porcelana, que começam a fazer parte do circuito dos elementos da alta nobreza do país, estão decoradas com motivos humanos africanos: relicários e cálices com talho de *morian*, figuras de guerreiros africanos ou posantes e objectos de mesa (cabo de talher, sopeira) decorados com cabeça de *morian* realizados em marfim, esmalte, ouro, e pedras preciosas. Uma jóia nacional com conotações ultramarinas é a medalha da Ordem do Elefante (*Elefantordenen*) cuja figura destaca a presença de um *morian* sentado à cabeça de um elefante. A origem da figura do elefante vinculada à Ordem é obscura e na mesma confluem tradições dispersas (Münter, 1822). A versão actual tem a sua origem na Ordem da Virgem Maria (*Jomfru Maria Orden*) que foi instaurada em 1457 pelo rei dinamarquês Christian I, e presenteada pelo Papa de Roma em 1479, para condecorar os cavaleiros da União de Kalmar com a máxima distinção. A insígnia original compunha-se de duas medalhas, uma formada por dois elefantes com sendas torres e outra com a figura da Virgem Maria com o Menino. No período de transição ao luteranismo eliminou-se a figura mariana pelas suas conotações católicas, mas Frederik II, em 1580 retomou a figura do elefante com uma torre, agora investida a figura elefantina de significação como símbolo de firmeza protestante. Os componentes da figura contemporânea (com *morian*) ficaram fixados pelos estatutos de Christian V em 1693 (Niels Bartholdi, 1993). Sobre a figura original do elefante, de esmalte branco e fitas douradas, está colocada uma torre e a figura da cara do monarca decora ambos custados do elefante. O símbolo do elefante, um animal nobre que representa pureza e firmeza, tem conotações bíblicas. No livro dos Macabeos, no Antigo Testamento, faz-se referência ao emprego deste animal em combate. No entanto, foi Christian IV, o monarca que impulsionou o projecto colonial na Ásia, que decidiu colocar a figura de um moro de raça negra (*morian*) sentado na garupa do elefante e de costas para a torre. No entanto para os historiadores segue sendo um mistério saber por que decide Christian IV colocar a figura de um *morian* sobre o elefante, uma questão não trivial, que pode levantar questões entre os historiadores. Num artigo de 2004, P. Seed vincula-o à inspiração africana que surge dos contactos entre Portugal e a Dinamarca no século XV. No entanto a explicação de Seed nada diz sobre porque razão não aparece a figura do *morian* na garupa do elefante nas figuras da Ordem anteriores a Christian IV. Nós apontamos para uma origem mais oriental que africana da figura humana que Christian V, seu legislador, identifica com um *morian* (*Elefantordenens statuter af 1693: 'og en Morian med en Piil i Haanden'*) e L. Holberg identifica com um *blaamand* (L. Holberg: '*paa elephantens hals sad em blaa mand'* (*Skiemte digte*. F8r). Ao contrário da explicação africanista de Seed, e das descrições dos gobelinos da casa real que nos aparece tecida a ordem do elefante com *morian*, achamos que a figura de *blaamand* se inspira num homem de etnia tamil, isto é, num *morian* de origem asiática, já que o projeto africano é posterior a Christian IV. Ceilão é desde sempre conhecida e admirada por seus elefantes. O grego Diodoro Sicurus já menciona a beleza dos elefantes da Índia (Skonning, 1639: 194), que seus governantes utilizavam para agasalhar a seus visitantes ou como moeda de mudança. Seguindo a tradição, o Príncipe Raja Singa (o príncipe leão) enviou elefantes ao governador dinamarquês, Wilhelm Leyel, a mudança de produtos europeus (Niebuhr, 1805). O viajante Karsten Smeding já descreve o elefante asiático com *morian* guia "Um homem nu como um menino se senta sobre o elefante que lhe obedece" (1555, cf. Høiris, 2002: 18). A empresa colonial asiática empreendida por Christian IV é motivo justificativo suficiente para ter acrescentado

a figura do *morian* ao elefante. Por outro lado, é interessante observar que a Ordem do Elefante continua vigente como a maior condecoração concedida pelo estado dinamarquês no século XXI.

5. A *Geographia historica orientalis* de Hans Hansen Skonning (1641)

Hans Hansen Skonning nasceu em 1579 na cidade de Ystad, na região de Skania. O apelido Skonning faz referência à sua região de origem que por essa altura era parte de Dinamarca. Em 1617 mudou-se para a cidade de Århus (Jutlândia), onde trabalhou como ajudante da catedral de Skt. Clemmens e se fez popular por publicar uma sátira sobre o bispo da cidade. Depois de fazer-se com os direitos para gerir um moinho para fabricar celulosa, fundou uma imprensa na cidade, onde publicou material próprio e de outros autores. Faleceu em Århus em 1651 (Elkjær, 1988). H. H. Skonning não é considerado um autor de primeira linha na história da literatura dinamarquesa, ainda que é autor prolífico, que segue a moda do seu tempo de publicar *tractatus* (compêndios) sobre filosofia, história e geografia natural (Appel, 2001). A filosofia da religião é o tema de sua primeira obra de divulgação, *Memento mori* (1614) e sobre a religião pagana escreve e publica em 1636 *Collegium philosophorum. Hedenske philosophia eller vjisdom* (Filosofia ou sabedoria pagana). Sobre a natureza humana escreve e publica *Mirabilia naturalia eller Natur-Wunder* (Maravilhas naturais) (1639), e em 1641 escreve e publica *Geographia historica orientalis* (Geografia histórica oriental). H. H. Skonning é um viajante de salão que escreve sobre culturas, geografias ou passados dos que conhece bem pouco e suplementa com imaginação exagerada o que não entende - por exemplo, a sua descrição da transição terrestre da Ásia à América através do Oriente (1641: cap. XXXII) dá uma imagem atípica da superfície da terra - mas o seu estilo ajusta-se no entanto aos parâmetros literários do tratadista barroco que consiste em ordenar o que outros contam, de acordo a uma concepção da representação literária como um exercício de repetição canónica de fontes enciclopédicas comuns (Eco, 1988). No subtítulo de *Geographia Historica Orientalis*, Skonning reconhece sua dívida com os autores clássicos (*aff betrote oc fornemme geographicis autoribus tilhobe samlitteratur*)²³ que cita frequentemente ao longo do livro: Herodoto, Josephus, Ptolomeo, Plínio, Isidoro. Suas fontes da Idade Moderna são Johannes Boemus (*Omnium gentibus mores*) (1520) e a *Cosmographia* de Sebastian Münster (1544), e realiza referências pontuais a Francisco Alvarez (Verdadeira informação das terras do Preste Joam) (1542), Walther Raleigh (*The History of the World*) (1614) e Jan Huyghen van Linschoten (*Reysgheschrift*) (1595), autores cujas obras transcreve ou utiliza directamente com abusivas citações em extenso e sem notas a rodapé. Em consequência do método, o autor barroco arrasta de maneira anacrónica comentários e valorizações de autores clássicos. Na *Geographia* de Skonning, os judeus seguem tão longínquos da Escandinávia como nos tempos de Josephus (1641: cap. XXIII), os irlandeses seguem sendo tão canibais e incestuosos como nos tempos de Estrabón (1641: cap. XXVI), e os filhos de Heracles seguem fazendo correrias pelas planícies de Scythia vinte séculos após a morte de Herodoto (1641: cap. XXVIII). Um problema destas publicações é a sua falta de credibilidade. Apesar do seu carácter enciclopédico, os compêndios não acrescentam nada ao conhecimento do mundo, ainda que excitam a imaginação dos leitores a respeito dos mundos longínquos. O Oriente é um mundo fascinante, cheio de riquezas

23 Note-se o uso barroco de misturar latim (*geographicis autoribus*) e língua vernácula (dinamarquês) na expressão.

e maravilhas, mas também de desigualdades e práticas tirânicas indesejáveis (Lach, 1994). Da mesma forma, na descrição da viagem à Ásia Central do seu contemporâneo Adam Olearius (*Offbegeherte Beschreibung der neuen Orientalischen*, 1647), Skonning reduz os dados estranhos a meras curiosidades e generalidades. É por isso que Skonning também não faz referência à presença dinamarquesa em Tranquebar. A Índia é descrita a partir de Plínio por 'seu ar subtil e vivificante', pelas suas especiarias e animais exóticos (1641: cap. XXXII). Skonning (1641: cap. L, p. 692) parafrasea o *Reysgheschrift* (Roteiro) de van Linschoten (1598: cap. XLI, p. 274) para dizer que o tráfico de escravos faz parte da natureza selvagem destas gentes que matam, comem ou vendem o escravo de guerra. H. H. Skonning (1641) cita amplamente o Itinerário de vão Linschoten no capítulo sobre o Ceilão (cap. XXXIX em Skonning, cap. XIV no Roteiro de van Linschoten), sobre Sumatra (cap. XLI em Skonning, cap. XIX em Linschoten) e no capítulo sobre 'De nigritter eller caffres' (cap. L em Skonning, cap. XLI em Linschoten). O capítulo L da *Geographia* de Skonning é um plágio do capítulo XLI do Roteiro de van Linschoten, de 1595. Neste capítulo L, Skonning descreve um episódio de tráfico de cafres entre Moçambique e Índia. O interessante é que Skonning descreve para o público dinamarquês um episódio de tráfico de escravos antes do começo das actividades negreiras da *Vestindisk-Guineisk Kompagni*. O Roteiro (*Reysgheschrift*) de Jan Huygen van Linschoten beneficiou-se na informação privilegiada sacada dos roteiros portugueses que ele copiou em Goa quando esteve empregado ao serviço do Arcebispo. O Roteiro de van Linschoten era uma obra popular no seu tempo e foi traduzida para holandês (1595), alemão (1598), latim (1599), inglês (1598), francês (1619) (Koeman, 1985). A tradução para dinamarquês de alguns capítulos do Roteiro de Linschoten realizada por Skonning na *Geographia* é possivelmente inédita porque estranha-nos não ter encontrado referências ao plágio na bibliografia consultada na Dinamarca. Depois da sua publicação em 1595, o Roteiro de van Linschoten passou a ser parte do inventário regular dos barcos europeus que navegavam no ultramar. Uma cópia do *Reysgheschrift* de van Linschoten fazia parte do inventário da expedição do Almirante Ove Gedde a Ceilão (Abd-O Dayen, 2006: 57). H. H. Skonning pode ter adquirido o seu exemplar no popular mercado de *Børsen* em Copenhaga no qual operava a conhecida livraria e editorial holandesa Elzevir (Werner, 1915) ou através dos seus contactos em Århus com o teólogo de origem aristócrata Holger Rosenkrantz, apelidado 'o sábio Holger' (*den lærde Holger*), representante da classe intelectual nórdica que no século XVII nasce aliada às classes superiores, que alimentam um sistema de patrocínio às ciências naturais e à história (Fink-Jensen, 2007). O rei dinamarquês Christian IV (1577 - 1648) colecionava objectos de culturas longínquas, como kayaks e animais exóticos. O interesse por coleccionar objectos de etnografia e história natural no século XVII desemboca na criação do *Kunstkamre*, o gabinete de colecionista origem do actual *Nationalmuseum* (Museu Nacional) de Dinamarca. O seu impulsionador, o médico e historiador Ole Worm, contou com o apoio do rei Frederik III (1609 - 1670). Em latim publicam-se textos de ciência e medicina - por exemplo, pelos irmãos Bartholin - e livros de divulgação e literatura em língua vernácula. Durante os séculos XVI e XVII forja-se na Suécia um nacionalismo cultural nórdico inspirado no goticismo da *História de Gentibus septentrionalibus* (1555) dos irmãos Johannes e Olaus Magnus e na noção de Escandinavia como berço das civilizações na *Atlantida* (1679) de Ole Rudbeck. Da mesma maneira as descrições epistolares do aventureiro Karsten Smeding (1555)²⁴, H. H. Skonning fantaseia nos seus compêndios a respeito da diferença cultural: sobre blemios, esciápodos

24 Em 1550, Karsten Smeding, um marinheiro nascido na cidade de Lünneberg, Holstein, tinha enviado aos seus familiares duas cartas com impressões da sua viagem pela Ásia (Hóiris, 2002).

e outros monstros e prodígios humanos (Skonning, 1639), sobre o canibalismo e a antropofagia dos povos africanos (Skonning, 1641). Os escritores barrocos interessam-se mais pelo curioso do que pelo trágico (Lach, 1994). Não surpreende portanto que Skonning não desqualifique o escravagismo como uma maldade humana. Aos autores da época o mais repugnante parece-lhes o canibalismo e a pirateria²⁵. “Nos limites de Berberia vivem os comedores de homens, que assam os homens à parrilha para ingeri-los como alimentos” (*Iudkant af Berberiet boer der Menneskeædere, der lægger Mennesker på Jernrister og steger dem til Føde*) escreve Jan Olafsson, artilheiro da *Ostindisk Kompagni* nas suas memórias de 1622 (Olafsson, 1905: 35, cap. VIII). E em 1548 o aventureiro Karsten Smeding escreve ao seu amigo Hans Eliebeke que em Goa “vive gente de pele escura e que em alguns lugares se comem homens” (*Der er sorte mennesker, og nogle steder æder de mennesker*) (Smeding, 1548; cf. Høiris, 2002). A tensão social fica reservada para a presença da figura do diabo em alguns países, como na Rússia e na China (Skonning, 1641: cap. XXVII e cap. XXXI).

Os livros de viagens do Barroco desenvolvem a ideia do “*blomstere de rige*” (Reindel, 2009), isto é, são um canto ao país e à sua fertilidade. A natureza e cultura são as garantias da ordem da existência nórdica no clássico de Arendt Bernsten *Danmarkis oc Norge fructbar Herlighed* (1656) (‘O fértil esplendor da Dinamarca e Noruega’). As descrições geográficas que Skonning (1641) realiza do Velho Mundo ajustam-se ao canon: Turquia, Jerusalém, Índia, China, etc são descritas pela fertilidade dos seus campos, pela produtividade das suas gentes e das suas crenças. A natureza é deliciosa e os costumes estranhos no diário de viagem do sacerdote dinamarquês Mads Rasmussen à Índia entre 1623-1626 (Rasmussen, 1794). A literatura de viagens ajusta-se à premissa humanista do reconhecimento da obra de Deus através das suas criaturas (Pil Dahlerup, 2000), mas não é sempre valorizada positivamente. A Velha Ásia é descrita com frequência como um lugar pestilento pelos viajantes dinamarqueses. A pior parte é a ilha de Giava (Java) cujos habitantes são acusados de praticar o canibalismo e Sumatra, caracterizada como a ilha das ervas venenosas (Skonning, 1639: 199). Karsten Smeding informa o seu amigo Hans Eliebeke das condições infernais da vida no Oriente (calor, doença, fome), que fazem da Alemanha o paraíso na terra (1550; cf. Høiris, 2002: 17). O mesmo se passa com África. Skonning caracteriza o país de *Nigritia*, que está situado nas margens de Líbia, pela má saúde, o mau ar e falta de medicamentos (1639: cap. VIII). A teoria da negridão de Skonning é basicamente a de Plínio: a negridão deve-se ao efeito da condensação no sangue dos raios do sol sobre a pele (Skonning, 1641: cap. XLII). No entanto os escritos destes viajantes barrocos carecem da profundidade necessária para estabelecer um diálogo intercultural²⁶. Na realidade transladam na sua literatura a imagem luterana da dimensão moral da saúde humana, que conceptua o corpo como testemunha da graça divina. O ponto de partida é o princípio luterano das boas obras que seguem a Fé. Em *De anima* (Fink-Jensen, 2007), Melanchton utiliza a imagem do corpo como casa da alma: só o corpo são do crente está em disposição de receber

25 A pirateria na costa da Berberia é uma dor de cabeça para os governos europeus da época.

26 Kjælggaard (2002) sustenta a ideia de que o diálogo intercultural é estranho à literatura nórdica antes da época da Ilustração, já que para encontrar um diálogo com o Outro estrangeiro terá-se que esperar que Ludwig Holberg publique, em 1741, *Nils Kleim underjordiske rejse* no que os cipreses nagires do reino de Mardak chamam bárbaro ou herege a todo aquele que se aparta de sua visão escópica. A *Geographia* de Skonning carece da profundidade comparativa do exercício de antropologia universal ilustrada, por exemplo, pelo livro *Kort fortælling af de vilde folks fornemmeste indretning* (Breve relato dos distintos nobres selvagens), publicado por Jens Kraft em 1760, e Skonning não emprega a sua ironia para lançar olhares críticos sobre o seu país nem para marcar a diferença com o estrangeiro, como fará Montesquieu em França em ‘Letras Persas’ (1721) (citados por Kjælggaard, 2002).

os dons do Espírito Santo²⁷. Na mentalidade luterana de Skonning, Smeding e Olofsson, o negativo meio vital do pagão – é dizer, a sua convivência com o diabo – não é mais que o reflexo da sua ignorância e incapacidade para encontrar Deus. H. H. Skonning nem sequer emprega a sua ironia para lançar olhares críticos sobre o seu país nem para marcar as diferenças com o estrangeiro. No entanto, os dinamarqueses do século XVII estão bem conscientes da diferença étnico-cultural. O termo ‘*ethnic*’, que já aparece pela primeira vez como entrada no dicionário do professor Christiern Pedersen em 1550, é empregado na sua acepção de pagão pelo teólogo Niels Hemmingsen na sua particular colecção de sermões protestantes *Postilla* (o original em dinamarquês é de 1562. Versão inglesa de 1570). A *Geographia* de Skonning translada a um plano religioso a noção barroca de pátria como centro do mundo²⁸ que Skonning aplica a doutrina dos dois reinos de Martin Lutero (1483- 1546) a partir da distinção primária entre os círculos cristão - não cristão, da que carece o modelo geocêntrico secular do *Compendium cosmographicum et chronologicum* (1646) de seu compatriota Hans Nansen (1598-1667). A doutrina dos dois reinos de Martin Lutero divide os homens em dois reinos: o reino espiritual, ao que pertencem os crentes, governado pelo poder espiritual de Deus, e o reino temporário deste mundo, no que participam os crentes e não crentes na sua condição de pecadores. A lei do amor rege no domínio de Deus, a razão natural e a justiça humana no reino deste mundo. (H. Bornkamm, 1966). No capítulo introdutório à *Geographia* (1641), Skonning translada a cosmografia, a concepção luterana das ordens humanas já que distingue entre um primeiro círculo cristão, caracterizado pela crença em ‘*den sande kundskab om den levende Gud*’ (a mensagem verdadeira do Deus vivo), e um segundo círculo exterior ao círculo cristão, de composição plural, composto tanto por não cristãos - judeus, turcos (mahometanos e moscovitas) e pagãos, como pelos crentes na Virgem, isto é os católicos ou papistas, na linguagem da época. Para todos é lícito procurar a vida eterna, mas os habitantes do segundo círculo avançam por caminhos equivocados ao adorar, na linguagem luterana de Skonning, deuses falsos: Mahoma, o sol e a lua, o diabo e, inclusivamente, os santos e a Virgem Maria. São dois os argumentos de Skonning para recusar os infiéis: A tirania de seus governantes (porque ‘Ninguém se atreve a contradizer o Corão’) e as práticas (cerimónias, oferendas) e crenças equivocadas ‘*Tyrckens dårliq mening om den yderste dag oc den da skal stie*’ (as opiniões equivocadas dos turcos a respeito do caminho para o último dia (isto é, as causas finais)) (Skonning, 1641: cap. IIX (*sic*)). Um mundo, de essência maligna, ‘*som er nedfundet i det onde, leffner i det onde, practicerer på det onde*’ (um mundo que está fundado no mal, vive no mal e pratica só o mal). O sistema cosmográfico duplo de Skonning parece ser uma aplicação directa dos princípios doutrinários de Niels Hemmingsen: por um lado, encontra-se o reino de Cristo e seus conhecedores e por outro lado, o reino de Satanás, no que habitam os que não conhecem Cristo. O teólogo aplica sua teoria dupla, que introduz no sermão do 5.º Domingo de Quaresma, Domingo de Paixão (Hemmingsen, 1562), as diferenças entre cristãos e judeus mas que Skonning parece aplicar a toda a Humanidade. Em relação à geografia doméstica empregada nas canções populares (*vise*) para descrever os países com os que a Dinamarca se compara normalmente, seja de acordo com critérios sociológicos (povos, cidades e o país em si: a Suécia, a Noruega ou a Polónia) ou religiosos (o territó-

27 Philip Melancthon desenvolve em *De anima* a sua teoria sobre a dimensão moral da anatomia humana. As principais figuras da igreja luterana, Peder Palladius, o primeiro Bispo luterano dinamarquês, e Niels Hemmingsen, o principal teólogo reformista dinamarquês, foram discípulos directos de Melancthon.

28 Um exemplo é a *Danmarckis Riges kronicke* (1652) de Arild Huitfeldt.

rio luterano em relação ao território romano, judeu ou muçulmano) (Peder Raffn, 1641) o marco de Skonning é cosmográfico já que inclui aos povos pagãos (africanos ou asiáticos). A diferença dos católicos, turcos e judeus, as crenças errôneas dos pagãos devem-se mais à sua ignorância do que à tirania dos seus governantes. Aqui, Skonning parece assumir a teoria da lei natural como princípio universal de Niels Hemmingsen. Em *Om naturretten* (De lege naturae) (1562) Hemmingsen defende que Deus plantou a sua semente em todos os seres humanos, mas só a ignorância impede o pagão de encontrar a chispa de Deus na sua alma (Ebbesen e Koch, 2003).

A referência aos pagãos em Skonning é importante no contexto da ideologia escravagista. Sem ser um escrito sobre a escravatura, quando a escravatura aparece na *Geographia* vinculada a outro assunto é descrita como resultado da ignorância do escravo²⁹. Em 1760 o administrador colonial dinamarquês na Guiné, L. F. Rømer, insistirá de novo na ignorância do pagão quando considera os africanos incapazes de superar por si mesmos o estado de guerra contínua (Rømer, 1760: cap. I). É interessante observar como Skonning envolve numa linguagem ilustrada uma concepção religiosa da vida humana, quando qualifica os habitantes do segundo círculo de ‘*uopliuste mennisker*’ (seres humanos desinformados ou não letrados (1641: Introdução). Em H. H. Skonning, e em Niels Hemmingsen (Schwarz-Lausten, 2013), a sobrevalorização da cultura nacional é um corolário da crença na diferença criada pelo desvio dos pecadores ‘turcos e étnicos’. Os que estão fora do círculo cristão procuram por sua conta o reino dos céus mas erraram o seu caminho por não ter sabido obedecer (*at aflyde* = em sentido etimológico grego: não saber escutar), o que é causa de seus males - uma degeneração que os converteu em escravos de carne e sangue. Para o luteranismo, a obediência à autoridade é uma questão-chave para o desenvolvimento das virtudes sociais. Em *Der große Katechismus*, 1529, Lutero sustenta no Quarto Mandamento (Honrarás a teus pais) o mapa das ordens sociais ou regulamentos que organizam as relações pessoais do cristão: *Hausregiment* (a casa) *Weltregiment* (o estado) e *Geislichregiment* (a igreja e a escola), e a cujas respectivas autoridades (os pais, o governo, os sacerdotes e os mestres) o cristão tem a obrigação de servir, honrar e obedecer (*Gehorchen*, alemão, *at aflyde*, dinamarquês) e que Hemmingsen transporta para o espaço étnico: “*If they were to the turcs and ethnikes should be saved, of whom many have obeyed their teachers*” (Henningsen, 1570: Oitavo Domingo após Pentecostés). Skonning não pretende realizar uma teoria do escravagismo, mas contribui para reproduzir no imaginário dinamarquês uma ideia luterana das diferenças humanas baseada no reconhecimento de Deus através da ideia de obediência. A ideia do direito natural como base do direito positivo já está em Niels Hemmingsen (Ebbesen e Koch, 2003), ainda que será Samuel von Pufendorf (1632-1694) quem a desenvolve em *De iure naturae et gentium* (A respeito da lei natural e o direito das gentes) (1672) para justificar a noção de obrigação que os seres humanos têm para Deus e para o próximo, e que Ludwig Holberg retoma em 1716 com a publicação de *Moralske Kierner eller Introduction til Naturens og Folke-Rettens Kundskab* (Factos morais ou Introdução ao conhecimento do direito natural e das gentes), livro que funda o moderno direito natural dinamarquês. Para Holberg o escravagismo pertence ao direito de gentes (*folkeretten*), mas por lei natu-

29 É interessante comparar com a visão do tema dos impressores de Bry quem, ao menos na interpretação de Boogaart (2009), parecem criticar a prática escravagista vinculada às paixões incontroladas dos latinos. Se para os de Bry o escravagismo é resultado da ambição e a sede de poder do país opressor, em Skonning a escravatura é um mau substancial às condições de ignorância local do escravo.

ral todos os homens são iguais (*Om den naturlige lighed melle malle mennesker* Sobre a igualdade natural entre os seres humanos) (F. I. Billeskov Jensen, 1999)³⁰.

Na *Geographia* de Skonning, o victimismo do pagão ignorante pode interpretar-se também em termos políticos no marco da ideologia antimissionária do primeiro luteranismo, que deixa nas mãos do pagão os desejos de conversão. A *Geographia* de Skonning (1641) é um século anterior ao ensaio (1760) do teólogo Erik Pontoppidan (1698-1764) onde, pela primeira vez se apresenta o escravagismo africano como um problema social na Dinamarca. No seu prefácio à autobiografia de L. F. Rømer, administrador colonial dinamarquês na Guiné, '*Tilforladelig Efterretning om Kysten Guiné*' (Um relato verdadeiro da Costa da Guiné), Erik Pontoppidan sustenta a sua defesa da prática escravagista na crença na superioridade moral e económica do branco (Green-Pedersen, 1972). Da mesma forma que o resto das potências coloniais europeias, durante o século XVIII os dinamarqueses compram regularmente escravos na costa da Guiné, o que o administrador Rømer justifica por critérios de interesse nacional ainda que não duvida em desmarcar-se e criticar as maneiras degradantes empregadas pelos seus vizinhos europeus para examinar a mercadoria humana (Rømer, 1760: cap. V). A distância ideológica entre H. H. Skonning (que se mostra indiferente ao problema social do escravagismo) e Erik Pontoppidan (que já propõe o problema social do escravagismo) pode se entender no marco do debate teológico entre luteranos ortodoxos e pietistas. A princípio do século XVII não há um debate político na Dinamarca sobre a necessidade de evangelizar nem sobre o escravagismo, apesar de que, em 1616, o governo de Christian IV decide investir no projecto colonial. No *octroj* de 1670, ponto 5, emitido por Christian V, é explícito pela primeira vez a necessidade de converter os pagãos, mas é a decisão de Frederik V de enviar uma missão pietista à Índia o que enfrenta a política religiosa ortodoxa (*rettroenhed*), um período de intolerância que cresce em torno do '*Universæ theologiæ sistema*' (1633) do bispo Jesper Brochman. A vinculação da igreja ao estado luterano fica refletida no lema de Christian IV 'O temor de Deus reforça o reino' (*Guds frygt styrker rigerne*). A primeira missão oficial de um país protestante no ultramar com apoio real é a dinamarquesa encarregada por Frederik IV aos estudantes de teologia alemães Bartholomäus Ziegenbalg e Heinrich Plütschau da congregação pietista de Halle (*Die Dänisch-Hallische Mission*). Ambos missionários embarcaram em Copenhaga no dia 29 de Novembro de 1705 no barco *Sophie Hedewig* e chegaram a Tranquebar, na costa Coromandel no dia 9 de Julho de 1706 (Iversen, 2005). O projecto missionário ultramarino nacional dinamarquês (*ydre mision*) teve a sua continuidade com a missão capitaneada por Thomas von Westen aos samis do norte da Noruega em 1715 e a missão do sacerdote Hans Egede à Gronelândia em 1721. A decisão de Frederik IV desencadeia uma luta de poderes na igreja dinamarquesa, já que o sector ortodoxo, liderado pelo bispo de Selândia, Henrik Bornemann, opõe-se ao trabalho missionário, promovido pelo sector liderado pelo Bispo da corte F. J. Lützens, de orientação pietista. O argumento do Bispo Bornemann é que a iniciativa missionária tem que partir da mesma congregação, não da coroa. De acordo com esta perspectiva é erróneo enviar um missionário real que não foi reclamado pelos mesmos fiéis africanos ou asiáticos. No entanto, a sorte da incipiente actividade missionária luterana do XVIII há que a entender no contexto dos interesses das Companhias comerciais. O fim das companhias do ultramar era eminentemente comercial.

30 Que Holberg tinha acções na *Vestindisk-Guineisk kompagni* ilustra a crença de Holberg na sua distinção teórica entre direito natural e direito das gentes.

A Companhia fazia-se responsável das actividades e a mudança reservava-se à administração de seus interesses sem injerências externas. Os governadores eram nomeados pelo Conselho dirigente da companhia e sua eleição era sancionada pelo monarca. Além disso, os fins da companhia não eram de ocupação mas procurava a sua presença nos enclaves costeiros. Ainda que o monarca seja o primeiro accionista da Companhia, o estado dinamarquês não interfere em como a Companhia tem de levar seus assuntos do Ultramar. Os fins eminentemente comerciais impõem a condição de manter uma separação estrita entre a companhia comercial e a igreja. A tomada de decisões sobre a actividade ultramarina estava marcada pelas disputas de poder definidas pelo complexo mapa de interesses em jogo: administradores de origem alemã, holandesa e dinamarquesa, interesses seculares e eclesiásticos, poder do monarca e poder da companhia. Não surpreende, por tanto, a fria recepção aos sacerdotes empregados pela companhia em Tranquebar, cuja presença nos barcos do ultramar era exigida pelo *octroi* real, mas cuja actividade missionária era recusada pelos representantes da companhia. Em consonância com o evangelho luterano, os *octroi* incluem disposições para que em mar e terra haja sempre um sacerdote, mas é só até o *octroi* de 1670 que, no pk. 5, inclui-se pela primeira vez a necessidade do trabalho missionário para converter aos pagãos. (Feldbæk, 1986). O conhecido episódio da queda em desgraça dos dois sacerdotes Niels Andersen Udbynder e Christian Pedersen Storm durante os governos de Bernt Pessart e W. Leyel (Larsen, 1907; Bredsdorff, 1999) pode servir para ilustrar a problemática religiosa na colónia dinamarquesa. Os dois sacerdotes tinham má fama e foram acusados de conduta vergonhosa por violência doméstica e concubinato com escravas que pertenciam a donos portugueses. Depois da sentença de morte dos dois sacerdotes, os três escravos, de nome Antonio, Maria e Dominga, que Storm tinha a seu serviço foram libertados e criados com o dinheiro deixado por Storm (Bredsdorff, 1999: 114-115). A interpretação moral da descida aos infernos dos sacerdotes Udbynder e Storm como um exemplo de como os europeus podem cair nas tentações da vida colonial rápida e profundamente (Larsen, 1907)³¹ obscureceu o debate político que envolve a missão luterana na Ásia. A nosso ver, o episódio de Udbynder e Storm influenciou sem dúvida o debate doméstico sobre a idoneidade de enviar missionários para o ultramar. A sentença do Bispo Bornemann de que “Os estudantes dinamarqueses não estão capacitados para este trabalho (de missionário), se abandonam à bebida, à ignorância e à prostituição” (*Danske studenter er ikke egnede til dette arbejde, de er hengivne til overflod, druk, uvidenhed, og hor*) (Nørgaard, 2005: 46), entende-se neste contexto. Inspirado na ideia pietista de serviço, a postura de Frederik IV, que adopta o lema absolutista *cuius regio, eius religio* “Tal príncipe, sua religião”, é radicalmente diferente à dos seus antecessores ortodoxos, já que faz da empresa missionária parte de um projecto de integração nacional dos súbditos do país que a cada vez é mais multicultural (Nørgaard, 2005: 42). É notável que em seu louvor ao rei Christian V durante a inauguração da Ópera do Palácio Real de Amalieborg, em 1689, o poeta cortesão incluía como súbditos reais a ‘*der Morian*’ (ou *der morian*) junto a ‘*der Dannemann, der Normann, der Teutsche*’ (os dinamarqueses, os noruegueses, os alemães) (J. Paludan, 1881). Refere-se o poeta aos súbditos africanos, asiáticos e gronolândeses das colónias?. Podemos entender a justificativa de Erik Pontoppidan para a deportação dos negros pelos efeitos benéficos do cristianismo nas suas almas como um corolário desta política missionária pietista: “*Here more attention must be paid to their immortal souls, and*

31 “(et) eksempel paa, hvor hurtigt og dybt Europæere kan bulke under for Kolonilivets Fristelser” (Larsen, 1907).

we must seek, by teaching them Christianity, to help them approach somewhat closer the bounds of the kingdom of God" (Pontoppidan, 1760: 8).

Mais tarde, ao longo do século XVIII, o sistema de plantações nas Índias ocidentais geraria uma ideologia escravagista entre os proprietários que justifica o duro trato dado aos escravos e assegura a aceitação pelos negros da sua condição de escravos (Hall, 1992). Desde 1688 importam-se na Dinamarca africanos das Caraíbas, com diferentes finalidades: lacaios de grandes senhores da aristocracia e comerciantes, mas também com fins educativos religiosos pelos missionários e profissionais (capacitação para o trabalho) (P. Olsen, 1987). A presença de escravos em Copenhaga estava sujeita à necessidade de estabelecer restrições para evitar a mistura de raças (branca e negra) mas respeitando os desejos dos importadores de contar com mão-de-obra suficiente (P. Olsen, 1987: 113). No fundo, debate-se sobre o direito de propriedade do negro importado pelo seu dono no horizonte das diferenças entre a lei na Dinamarca (onde o escravagismo estava proibido) e nas Índias Ocidentais (onde o escravagismo era legal)³². O clássico modelo dual de divisão humana voltamo-lo a encontrar em N. F. S. Grundtvig (1783-1872), o pai ideológico da Dinamarca contemporânea. Grundtvig divide os humanos em dois grupos: a gente principal (*Hovedfolkene*), que inclui judeus, gregos, romanos e nórdico-germânicos, e a outra gente, os indígenas (*Naturfolkene*), que moram em 'os países cálidos' (Poul Pedersen; 1989) - isto é, *sortemænd*. O que mudou desde os tempos de Skonning é a percepção da escravatura, que para Grundtvig agora é má em si mesma, não a percepção do negro como um ser ignorante cuja vida é um inferno indesejável. De acordo com O. Høiris (1989), a percepção hierárquica das raças humanas continuou na antropologia dinamarquesa até meados do século XX.

6. Conclusão

A *Geographia* de Skonning é uma obra que destila representações ideológicas luteranas: as noções de separação de domínios, tirania, obediência, ignorância dos não crentes. A sensibilidade histórica nórdica para as diferenças de raça é prévia a questões de escravagismo. O pragmatismo nórdico da abolição no século XVIII entronca com a velada aceitação e inclusive indiferença para com o escravagismo no século XVII. Podemos identificar uma continuidade nas atitudes que justificam a prática mas que recusam o maltrato do escravo. Os *morian* como motivo de prestígio são protagonistas da pintura, do teatro, do carrossel e outras manifestações artísticas e culturais das classes altas - um costume que deixou resíduos. A falta de legislação combina-se com uma prática social que acomoda os empregados negros na sociedade segundo necessidades.

Referências bibliográficas

- C. Alberti (1850), *Den danske slavehandels historie*. Historisk Tidsskrift, 2. række, Bind 3.
George Anastaplo (2012), *Reflections on slavery and the Constitution US*. Lexington Books, pp. 19- 26.

³² Na prática considerava-se que o escravo trazido para a Dinamarca não podia ser o seu próprio dono. No século XIX os conservadores pedem que se catalogue os negros importados como servidores (*Tjenestemænd*) mas sem direito a romper com seu dono, o que equivale, segundo A. S. Ørsted, o fundador da ciência jurídica dinamarquesa, a reconhecer um direito de propriedade contrário à legalidade europeia do momento (P. Olsen, 1987: 114).

- Anônimo, "En underlig og dog meget schiøn historie om den tålmodig Helena af Constantinopel, en konge daater". Danske Folkebooger, vol. VIII. p. 60, D6v.
- Charlotte Appel (2001), *Laesning Og Bogmarked i 1600-Tallets Danmark*. København. Museum Tusculanum. 2 Vol.
- N. Bartholdi (1993), "Brøderskab – selskab – ridderorden. Ordenens ældste historie". Em: Bencard, Mogens; Kørsted, Tage: *Fra korsridder til ridderkors. Ordenskapitlet*.
- F. J. Billedskov Jensen (1999), *Ludvig Holberg og meneskerettigheder og andre Holbergstudier*. C. A. Reitzel forlag. København.
- Asta Bredsdorff (1999), *Willem Leyel liv og farefulde rejse til Indien*. København. Museum Tusculanus forlag.
- Ernst van den Boogaart (2009), *Slavery in the de Bry collection: The formation of a worldwide comparative perspective*. Em: Kim Klooster (ed.): *European expansion and Indigenous response*. Vol. 2: *Migration, trade and slavery in an expanding world*. Essays in honour of Pieter Emmer. Brill Academic Pbs, pp. 165-196.
- K. E. Bugge et al. (2005), *Det begyndte i København... Knudepunkter i 300 års indisk-danske relationer i mission*. Syddansk universitetsforlag.
- Jacobus Anne van der Chijs (1885-1900), *Nederlandsch-Indisch plakaatboek, 1602-1811*. Batavia: Landsdrukkerij: 's-Hage: M. Nijhoff.
- Albert Cohn (1865), *Shakespeare in Germany in the 16th and 17th Centuries*. London.
- Pihl Dahlerup (2000), *Humanismebegreb*. Em: Marianne Barlyng et al. (ed.): *På tværs*. Danska, pp. 36-47.
- Verner Dahlerup (1905), *Blåmand*. *Fra sprog og litteratur*. Danske studier. n.º 18, pp. 85-87.
- Inger Dübeck (1987), *Fremmedrettens udvikling i Danmark 1700-1914*. Em: B. Bendiknow: *Fremmede i Danmark. 400 års fremmedpolitik*. Odense universitets forlag, pp. 1-45.
- Sten Ebbesen og Carl H. Koch (2003), *Filippisme og protestantisk naturret*. Em: S. Ebbesen og C. Koch: *Dansk filosofi i Renæssancen. 1537-1700*. Gyldendal, pp. 33-60.
- Umberto Eco (1988), *Middelalderen gemkomst. Ti måder at drømme om middelalderen*. Kbh.: Forum, pp. 16-48.
- Per Eilstrup e Nils Eric Boesgaard (1974), *Fjernt fra Danmark. Billeder fra vore Tropekolonier, Slavehandel og Kinafart*. Lademann.
- Ole Feldbæk (1993), *Danmarks økonomiske historie: 1500-1840*. Herning: Systeme.
- ____ (1986), *Danske handelskompagnier 1616-1843. Oktrojer og interne ledelsesregler*. Kbh.: Selskabet for Udgivelse af Kilder til Dansk Historie.
- Morten Fink-Jensen (2007), *Fornuften under troens lydighed naturfilosofi, medicin og teologi i Danmark 1536-1636*. Museum Tusculanums Forlag.
- Sv. E. Green-Pedersen (1972), *Teologi og neger-slaveri. Om Erik Pontoppidans fortale til F. L. Rømer: Tilforladelig Efterretning om Kysten Guinea 1760*. Festkrift til Poul Bagge, pp. 71-89.
- Erik Gøbel (2003), *Danske i det nederlandske ostindiske kompagnis tjeneste i det 17. århundrede. Handels og søfarts museet på Kronborg*. Årbog, pp. 7-29.
- ____ (1980), *Danske oversøiske handelskompagnier i 17. og 18. århundrede. En forskningsoversigt*. Em: *Fortid og Nutid XXVIII*, pp. 535-569.
- Neville A. T. Hall (1992), *Slave society in the Danish West Indies*. St. Thomas, St. John, and st. Croix. The John Hopkins University Press.
- Bent Holm (2010), *Tyrk kan tæmmes. Osmanerne på den danske scene. 1596-1896*. Multivers.

- Ove Hornby; Svend Ellehøj; Kristof Glamann (1980), *Kolonierne i Vestindien*. København: Politikens Forlag.
- Inger Højbjerg (1990), *Tranquebars bybefolkning 1620-1845. Speciale i historie*. Københavns universitet.
- Ole Høiris (2002), *Rejse til Indien. Om Karsten Smeding*. Intervention press.
- Ole Høiris (ed.) (1989), *Dansk mental geografi*. Århus universitetsforlag.
- Lasse H. Kjælggaard (2002), *Fremmede øjne. Tværkulturelle dialoger i oplysningstidens danske litteratur*. En: *Mere lys! Indblik i oplysningstidens i dansk litteratur og kultur*. Mads Julius og Lars Kjælggaard, pp. 65-89.
- M. Kopplin (1987), *Amoenitates exoticæ: Exotische Köstlichkeiten im Zeitalter des Barock*. Em: *Exotische Welten, europäische Phantasien*. Exh. cat., Stuttgart: Cantz, pp. 318-45
- Hans R. Iversen (2005), *Knudepunkter i 300 års indisk-danske relationer i mission*. Em: K. Bugge et al. Op cit. pp. 11- 23.
- C. Koeman (1985), *Jan Huygen van Linschoten. Centro de estudos de história e de cartografia antiga*. Lisboa.
- Donald F. Lach (1994), *Asia in the making of Europe. A Century of Wonder. Book 2: The Litterary Arts*.
- Kay Larsen (1928), *Dansk Vestindien, 1666-1917*. København: C. A. Reitzel.
- _____ (1907), *De dansk-ostindiske koloniers historie I Trankenbar*. København. Centralforlaget.
- Kåre Lauring (1990), "Da vejene måtte anses for usikre, betakkede jeg mig for at rejse". Ræsonnerende bibliografieratur vedrørende Indien og Ceylon udkommet i Danmark og Europa før 1618. *Handels- og Søfartsmuseet på Kronborg*. Bd. 49, pp. 54-91.
- Arno Lehmann (1955), *Es begann in Tranquebar: Die Geschichte der ersten evangelischen Kirche in Indien*. Berlin: Evangelische Verlagsanstalt.
- H. D. Lind (1889a), *Daab af morianer i Christian IV's tid*. Kirkehistoriske samlinger. Fjerde række. Bind 1, pp. 577.
- _____ (1889b), *Kong Kristian den fjerde og hans mænd paa Bremerholm*.
- Joseph Loftin (1966), *The abolition of the Danish Atlantic Slave Trade*. 1966. Phd dissertation. Louisiana State University.
- Frederik Münter (1822), *Undersøgelse om de danske ridderordeners oprindelse*.
- B. G. Niebuhr (1805), *Nogle efterretninger om Wilhelm Leyel og den danske østindiske handel under hans bestyrelse*.
- Per Nielsen (ed.), *Fra slaveri til frihed, det dansk-vestindiske slavesamfund 1672-1848*, symposium den 3.juli 1998 på Nationalmuseet i anledning af 150-året for slaveriets ophør på de dansk-vestindiske øer. Kbh.: Nationalmuseet.
- Anders Nørgaard, *Missionens forhold til danskerne*. En K. E. Bugge et al. Op. Cit. pp. 41-85
- Erik Nørr e Jesper Thomasen (2007), *Nordatlanten og Troperne*. Forvaltningshistoriske kilder fra Farøerne, Grønland, Island og Trøpekolonierne. Selskabet for udgivelse af kilder til dansk historie. København.
- Poul Erik Olsen (1987), *Disse vilde karle. Negre i Danmark indtil 1848*. Em: B. Bendiknow: *Fremmede i Danmark. 400 års fremmedpolitik*. Odense universitets forlag. pp. 103-117.
- J. Paludan (1880-1881), *Om Dramets Udvikling i Danmark mellem Skolekomedien og Holberg*. *Historisk Tidsskrift*, Bind 5, række, 2, 1.
- Poul Pedersen (1989), *Grundtvig i verdenshistorien og blandt fremmede folk*. Em: O. Høiris (ed.), Op. cit.

- Erik Pontoppidan (2000), Foreword to Ludewig Ferdinand Rømer 'A reliable account of the Coast of Guinea' (1760). Em Selena Axelrod Winsnes (op. cit.), pp. 5-12.
- Peder Raffns visebog, Danske Visebog. Oslo. (1889), (1641).
- Ulrik Reindel (2009), Kronborgtapeterne, pragt og propaganda på Frederik II's Kronborg. Slots-og ejendomstyreelse.
- H. F. Rørdam (1889), De tidligste spor af missionsbestræbelser hos os efter Reformationen. Kirkehistoriske Samlinger. Kbh, 157- 162.
- Martin Schwarz-Lausten (2013), Niels Hemmingsen, Storhed og fald. København. Anis.
- Hans H. Skonning (1636), Collegium Philosophorum. Hedenske Philosophia eller Vijsdom. Udi huilcken findis adskillige, mærkelige oc værkelige Bedriff, Ordsprog oc Tale, aff vjse Hedninge oc Philosophis foregiffuit: Aff adskillige Grædske oc Latinske Autoribus colligerit: oc vdi nogle visse locos communes, med sine observationibus oc Lærdomme, tilhobe skreffuit, oc vdi Danske Sprog forfærdiget. Her forvden findis oc-saa it philosophiske Klagemaal, om dette arme ælendige Menniskelige Liff oc Leffnit, med des Jammer, Møde oc Ælendighed, det er vndergiffuit etc. Århus.
- ____ (1639), Mirabilia naturalia eller Natur Wunder, det er: Wunderlige oc adskillige naturlige Tingesters Beskriffuelse, Nemlig: Om Mennisken: Item, om wonderlige Bierge i Verden: Trærs, Urters, Diurs, Fuglis oc Ormis, wnderlig Art oc Natur: Med mere andet forunderligt som medfølger, dernest, en drabelig Papistiske Løgn, om Johane Chrysostomo, ex Luthero, lystig ad læse, colligerit oc tilkobe samlet, aff forneme Lærde Mends Skrifter, oc pa danske i Trycken publicerit. Århus.
- ____ (1641), Geographia historica Orientalis. Det er: Atskillige Østerske Landis oc Øers, met desz Folckis Beskriffvelse. Aff betrode oc fornemme Geographicis Antoribus med Fljd tilhobe samlit, oc i Danskten publicerit. Århus.
- Kamma Struwe (1967), Dansk Ostindien 1732-1776. Tranquebar under kompagnistyre. Em: J. Brøndsted; G. Olsen, K. Struwe: Vore gamle tropekolonier. København. Bd. 6.
- Sanjay Subrahmanyam 1989, The Coromandel Trade of the Danish East India Company, 1618-1649. Scandinavian Economic History Review. Vol. XXXVII. Nr. 1, pp. 41-56.
- Erik Sønderholm (ed.) (1969), Dansk barokdigtning. 1600-1750. Kbh. : Københavns Universitets Fond for Tilvejebringelse af Læremidler.
- Preben Sørensen (2001), At fortælle historier. Triestre.
- Johannes Werner (1915), Børsen. H.H. Thieles.
- A. Thiset (1905), Danske adelige sigiller fra det XV., XVI. Og XVII. Aarhundrede. Kjøbenhavn.Reitzel.
- Markus Vink (2003), The world's oldest trade. Dutch slavery and slave trade in the Indian Ocean in the Seventeenth Century. Journal of World History. Vol. 14. n.º 2.
- Andrea Weindl, Die Kurbrandenburger im 'atlantische System'. 1650-1720. Arbeitspapiere Lateinamericaforschung. Universität zu Köln. (2010).
- Richard Willerslev (1944), Danmarks første aktieselskab. Historisk tidskrift. 10. 6.
- Selena A. Winsnes (op. cit.) (2000), A reliable account of the coast of Guinea, 1760, by Luwig Ferdinand Rømer.